

Quem disse ?

«Privatizar a RTP seria um erro muito grande»

Arons de Carvalho
Primeiro de Janeiro,
7 de Março

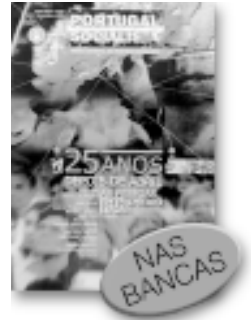
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1055 8 MARÇO 2000 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Solidariedade com Mário e João Soares

Sampaio e Guterres repudiam calúnias de ministro angolano

O Presidente da República, Jorge Sampaio, repudiou terça-feira as acusações feitas pelo ministro da Comunicação Social e para a Informação, Hendrick Vaal Neto, contra o ex-chefe de Estado e fundador do Partido Socialista, Mário Soares, e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares.

Jorge Sampaio classificou as afirmações desse ministro do regime de Luanda como de «enorme gravidade e de carácter inaceitavelmente inamistoso».

Na mesma nota, o chefe de Estado foi ainda mais longe e exortou também as autoridades de Luanda a desenvolverem todos os esforços para que «não se repitam episódios que perturbam inutilmente as amistosas relações entre os dois Estados». O comunicado da Presidência da República refere que Jorge Sampaio tem apoiado, «empenhadamente, a acção diplomática do Governo português em prol do aprofundamento, a todos os níveis, do relacionamento com a República de Angola e com as suas autoridades legítimas».

«O excelente relacionamento entre os dois países, que constitui interesse permanente da política externa portuguesa, não pode naturalmente cercar a livre expressão, por angolanos e portugueses, de opiniões divergentes sobre algumas das suas vertentes, expressas com a ênfase que lhes queira ser atribuída pelos seus autores». Um referência de Jorge Sampaio à recente posição de Mário Soares no Parlamento Europeu e também a declarações do presidente da Câmara de Lisboa sobre a situação em Angola.

Já, anteriormente, António Guterres se havia manifestado chocado com as calúnias proferidas contra Mário e João Soares. Guterres além de repudiar as afirmações, agiu junto das autoridades angolanas com sentido de eficácia «na defesa da dignidade nacional e daqueles que muito estimo em Portugal».

Logo que foram conhecidas as declarações caluniosas do ministro angolano, o Grupo Parlamentar do PS apresentou o seu repúdio na Assembleia da República, na quinta-feira, através de uma declaração dura de Barros Moura. Em solidariedade com Mário Soares e João Soares manifestaram-se também o primeiro-ministro, António Guterres, e o Governo. Num artigo publicado no «Expresso» a 26 de Fevereiro, Mário Soares escreveu que Angola, «infelizmente, não pode ser considerado um Estado de Direito. Não há nem pode haver eleições: as últimas, incompletas, ocorreram em 1992», lembrou o ex-Presidente da República.

Périplo europeu de António Guterres

Uma Europa mais competitiva mas com coesão social

Os primeiros-ministros da Finlândia e Reino Unido deram total apoio e mostram grande entusiasmo pela realização da cimeira do emprego e da sociedade de informação em Lisboa, nos próximos dias 23 e 24. Nas suas conversas com os chefes de Governo destes três países, o primeiro-ministro e presidente em exercício do Conselho da União Europeia sublinhou que o objectivo passa por tornar a Europa no espaço mais competitivo do mundo. Realçou, contudo, que esta média de médio prazo terá de ser alcançada mantendo os actuais níveis de coesão social, ou seja, conservando as linhas mais importantes do modelo social europeu.

Sociedade & País

Governo aprova «holding» Portugal Global Reestruturar a Comunicação Social Aliviar o esforço financeiro do Estado



Em Conselho de Ministros foi aprovada a constituição de uma «holding» denominada «Portugal Global», agregando a RTP, a RDP e a Agência Lusa, que tem como objectivo permitir economias de escala entre estas três empresas e, pela sua dimensão, possuir um papel regulador no mercado da Comunicação Social.

Sociedade & País

Secretário de Estado anuncia Plano Nacional de Formação Profissional



O secretário de Estado do Turismo anunciou, no dia 2, no Porto, a elaboração de um plano nacional de formação profissional turística destinada aos profissionais no activo. Vítor Neto referiu que serão abrangidos por esta acção «dezenas de milhar de profissionais que já trabalham no sector, mas que precisam de formação».



A caminho do pleno emprego

A cimeira económica e social da UE que irá decorrer a 23 e 24 de Março, em Lisboa, constitui um dos momentos mais altos da actual presidência portuguesa.

Tendo como objectivo para a Europa, a médio prazo, o pleno emprego, esta cimeira extraordinária deverá traçar os principais caminhos para que a sociedade europeia seja capaz de oferecer a cada cidadão uma oportunidade de emprego.

Para isso é necessário criar estratégias com vista a uma sociedade de aprendizagem numa economia baseada no conhecimento com inclusão social numa Europa que se pretende, tão ou mais competitiva do que os Estados Unidos.

Competitividade e coesão social, emprego e reformas económicas são uma estratégia onde todos vencem. Podemos ser tão competitivos como os americanos, mas não precisamos de ter «south bronx» nas nossas cidades, defendeu o primeiro-ministro, António Guterres, em Londres durante a conferência sobre «Conhecimento 2000», em que participou. Mantendo o modelo social europeu, a reunião de Lisboa tem um claro objectivo estratégico: transformar a União Europeia na mais dinâmica e competitiva área do mundo.

Alcançar este objectivo depende de um conjunto de medidas específicas, coordenadas a nível europeu, nomeadamente a renovação do modelo social europeu, medidas para reforçar a coesão social e aumentar a competitividade da economia europeia, investimento em tecnologias de informação, reforma económica e um forte investimento na educação. Estas opções vão ao encontro das prioridades da estratégia portuguesa para a União Europeia do Pleno Emprego: criar mais empregos no sector dos serviços, lutar contra o abandono precoce do mercado de trabalho e aumentar o número de mulheres aí presentes. Segundo a proposta portuguesa a União, para «reconquistar» uma situação de emprego para todos, deverá acrescentar às três prioridades inscritas na estratégia europeia de emprego (saída do Conselho Europeu do Luxemburgo) o combate à exclusão social, a modernização da protecção social e uma economia orientada para a inovação e o conhecimento.

A aposta centrada no triângulo reformas económicas-emprego-coesão social passa também por objectivos novos relativos à sociedade da informação e do conhecimento e à coesão social, bem como metas quantificadas de formação ao longo da vida, além do envolvimento sistemático, no processo, das instituições europeias.

A implementação das medidas a aprovar na cimeira extraordinária de Lisboa, passa não só pelo empenhamento dos diferentes governos da União, mas também pelas empresas que têm de aceitar responsabilidades maiores na gestão do seu impacto nas sociedades em que operam. Por isso o desenvolvimento de parcerias entre empresas, governos e a sociedade civil que permitam promover a competitividade das empresas europeias e contribuir para melhorar o emprego e a empregabilidade, é um factor determinante.



MULHERES SOCIALISTAS APOIAM DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO

A edição de 11 de Março de 1982 continha um suplemento destacável de 12 páginas com as intervenções dos deputados do PS feitas durante o debate na Assembleia da República da moção de censura ao Governo da AD.

No canto inferior direito da primeira página o título era «Mulheres socialistas apoiam despenalização do aborto». Esta notícia tinha desenvolvimento na página 10.

«A Comissão Nacional da Organização das Mulheres Socialistas aprovou uma moção sobre o projecto de lei nº 309/II, apresentado pelo PCP na Assembleia da República, sobre a interrupção voluntária da gravidez», lia-se no «lead».

Recorde-se que esta lei viria a ser aprovada com os votos da esquerda no hemiciclo.

Despenalização do aborto que, recorde-se, fez sempre parte do programa do PS e é desde sempre uma causa do movimento socialista.

J. C. C. B.

11 de Março

Quem disse?

«AD só acena com diálogo para melhor utilizar o bastão»

Marcelo Curto



Co-incineração: Jorge Coelho desmente formalmente fim do processo

O processo de co-incineração faz parte desde sempre do programa de Governo e é, sem qualquer dúvida, o melhor processo, sob vários pontos de vista, de tratar o lixo. Co-incineração que é o processo seguido pela maior parte dos países europeus.

O camarada Jorge Coelho, coordenador da Comissão Permanente do PS, fez no dia 3 de Março questão de desmentir formal e peremptoriamente uma informação segundo a qual a direcção do partido tinha decidido «matar» a co-incineração.

A informação está contida no «Público» que não cita porém fontes.

O jornal limita-se a dizer que se trata de um «caminho apontado ao Governo pela Comissão Permanente do PS» no final da reunião de dia 29 de Fevereiro.

«A Comissão Permanente do PS, de que sou coordenador, nunca discutiu estes assuntos. Desminto formalmente a



informação», disse Jorge Coelho.

«Mesmo que tivesse discutido, o que não aconteceu, teria discutido mal, porque se trata de assuntos do Governo», acrescentou Jorge Coelho que é também ministro do Equipamento Social.

Parlamento: Aprovada nova lei dos referendos locais

A Assembleia da República aprovou por unanimidade, no dia 2, a proposta de lei do Governo e os projectos de lei do PSD e do PCP que alteram o regime jurídico dos referendos locais.

A proposta de lei de alargamento do âmbito dos referendos locais foi apresentada na mesma quinta-feira, no plenário da Assembleia da República pelo secretário de Estado da Presidência, Vitalino Canas.

O diploma prevê o alargamento do âmbito do referendo local – que até agora só abrangia as matérias da competência dos municípios – a outros assuntos de interesse local, não impondo qualquer percentagem mínima de participação.

Recorde-se que o primeiro referendo local em Portugal realizou-se na freguesia de Serrelhas, Viana do Castelo, em 25 de Abril de 1999, para decidir sobre a localização de um pavilhão desportivo.

Projecto Vida: «Nas nuvens sem drogas»

Várias personalidades do mundo da moda, cinema, teatro e da música participaram na passada quinta-feira, dia 2, numa viagem de balão sobre o recinto do Parque das Nações, promovida pelo Projecto Vida, um evento designado como «Voando nas Nuvens sem Drogas».

Esta foi uma iniciativa conjunta do Projecto Vida, através da sua coordenadora nacional, Elza Pais, e do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, a Fábrica de Eventos e a Associação Industrial Portuguesa (AIP)/FIL-Feira Nauticampo.

O acontecimento, à imagem dos realizados nas edições da Nauticampo de 1998 e 1999, decorreu no recinto do Parque das Nações e levou às «nuvens, sem drogas», num gigantesco balão de hélio, personalidades como Bárbara Elias, Mico da Câmara Pereira, Ana Rocha, Inês Santos, Eduardo Rosa, Pedro Granjé, Ricardo Carriço, Olavo Bilac, Lúcia Moniz e os Anjos.

Entre outros, participaram igualmente Susana Félix, Sandra Cóias, Pedro Reis, Manuel Lourenço, Vítor Emanuel, Ana e Patrícia Brito e Cunha, Inês Pereira, Guilherme Simões e Carmen Godinho.

D. Ximenes apela à reconciliação

D. Ximenes Belo apelou no dia 7 de Março, aos microfones da Rádio Kmanec, à reconciliação entre todos os timorenses, na sequência dos incidentes ocorridos no dia 5, junto à emissora. O administrador

apostólico de Díli pediu aos trabalhadores da rádio que tomem «providências para que não se voltem a repetir os incidentes» e ainda para que sejam «mais pluralistas» nas notícias e informações que emitem.

UMA EUROPA MAIS COMPETITIVA MAS COM COESÃO SOCIAL

Os primeiros-ministros da Finlândia e Reino Unido deram total apoio e mostram grande entusiasmo pela realização da cimeira do emprego e da sociedade de informação em Lisboa, nos próximos dias 23 e 24. Nas suas conversas com os chefes de Governo destes três países, o primeiro-ministro e presidente em exercício do Conselho da União Europeia sublinhou que o objectivo passa por tornar a Europa no espaço mais competitivo do mundo. Realçou, contudo, que esta média de médio prazo terá de ser alcançada mantendo os actuais níveis de coesão social, ou seja, conservando as linhas mais importantes do modelo social europeu. Em Londres, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, mostrou-se satisfeito por a União Europeia discutir a agora questões ligadas à competitividade e à inovação, secundarizando as polémicas em torno das regulamentações, como aconteceu ainda na década anterior. Ainda sobre matéria europeia, em Bruxelas, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, defendeu o alargamento da agenda da Conferência Intergovernamental, visando que esta questão se torne mais transparente para o cidadão europeu. Uma posição idêntica àquela que é preconizada pelo Governo e pelo Parlamento Europeu,



Na sua perspectiva, trata-se de «uma sólida contribuição para os trabalhos de Lisboa». Na reunião com o seu homólogo finlandês, o primeiro-ministro português reafirmou as linhas mestras do documento da presidência da União Europeia, sublinhando que a Europa «precisa de uma estratégia e de coordenação. Precisamos de objectivos concretos, de coordenação de processos, da troca de melhores práticas e indicadores específicos», afirmou o secretário-geral do PS, que, antes de se reunir com o primeiro-ministro Paavo Lipponen, encontrou-se com a recém eleita presidente da Finlândia, Tarja Halonen, sendo o primeiro governante estrangeiro a fazê-lo.

Também na segunda-feira, mas já em Estocolmo, o primeiro-ministro defendeu que a Europa deverá ter como objectivo de médio prazo o pleno emprego. António Guterres proferiu estas afirmações no final de uma reunião com o primeiro-ministro Goran Persson, também no âmbito do périplo que está a efectuar pelas capitais europeias para preparar a Cimeira Extraordinária de Lisboa. «A sociedade deve ser capaz de oferecer a cada cidadão uma oportunidade de emprego», declarou António Guterres. Na sequência da reunião entre os dois primeiros-ministros de Portugal e da Suécia, o chefe do Governo português disse existir uma «total convergência» entre os dois países quanto ao «objectivos e métodos» constantes no documento da presidência portuguesa.

Na reunião foi também discutida a criação de uma agência europeia para a sociedade de informação (comércio electrónico, redes de informação), estando a Suécia interessada em ficar com a sede. Outro assunto em foco foi a questão do álcool, tendo Goran Persson pedido a ajuda de António Guterres para manter a actual

dedicado a discutir-se regulamentação. Agora, há uma transformação. Vamos reunir-nos em Lisboa, com um claro objectivo estratégico: transformar a União Europeia na mais dinâmica e competitiva área do mundo», afirmou Tony Blair.

O governante inglês e líder do Partido Trabalhista disse querer transformar a Grã-Bretanha na melhor zona da Europa para o comércio electrónico até ao ano 2002. Além disso, pretende interligar escolas, bibliotecas, criar mil centros de aprendizagem e distribuir cerca de 100 mil computadores pelas famílias mais pobres. Em resposta a perguntas formuladas pela assistência, António Guterres defendeu também a diversidade cultural e estabeleceu o objectivo de multiplicar por mil os conteúdos em português na Internet.

PS defende alargamento da CIG

Entretanto, na terça-feira, os deputados socialistas portugueses no Parlamento Europeu reiteraram a posição que a presidência de Portugal na União Europeia tem defendido no sentido de a reforma institucional ir mais além do que apenas as questões deixadas em aberto em Amesterdão. «Temos uma posição de princípio que é a de abertura a que se faça uma reforma mais profunda, aproveitando o actual processo da Conferência Intergovernamental (CIG)», salientou o líder parlamentar Francisco Assis.

Para Francisco Assis, «é muito importante que se tenha a consciência de que é necessário dar visibilidade a este processo de reformas no sentido de demonstrar aos cidadãos comunitários o que está em causa na CIG». Na sua opinião, há que avançar com cautela neste processo da reforma institucional da União Europeia dado que «esta é uma estrada com dificuldades. Há que criar condições para que a reforma seja o mais completa possível».

Na CIG, aberta a 14 de Fevereiro último, está em discussão a reforma institucional da União Europeia, visando prepará-la, até 2003, para o alargamento a leste, estando neste momento em questão apenas os chamados «left-overs» de Amesterdão. No seminário, organizado pelo Grupo Socialista Europeu, participaram vários eurodeputados, nomeadamente o seu líder parlamentar, o espanhol Baron Crespo, tendo a delegação do PS português integrado ainda Manuel dos Santos, Barros Moura e José Saraiva.

A propósito da questão austríaca, Francisco Assis elogiou a posição dos 14 Estados-membros, considerando que, «se é preocupante a situação que se vive na Áustria, não deixa de ser reconfortante ver a posição de firmeza dos restantes países da União Europeia».

situação de monopólio estatal e altos impostos sobre bebidas alcoólicas na Suécia.

Blair elogia Guterres

Na terça-feira, durante a presença de António Guterres em Londres, o gabinete do primeiro-ministro fez saber que todos os Estados-membros da União Europeia já entregaram os seus contributos para a cimeira extraordinária de Lisboa. A única dúvida que subsiste está relacionada com o contributo do novo governo austríaco, visto que o documento enviado pela Áustria foi assinado pelo anterior chanceler Victor Klima.

Participando em Londres na conferência «Conhecimento 2000», António Guterres reafirmou os princípios do documento apresentado pela presidência portuguesa da União Europeia, afirmando que o objectivo é tornar a Europa tão ou mais competitiva que os Estados Unidos da América, mas mantendo o modelo social europeu. «Competitividade, coesão social, emprego e reformas económicas são uma estratégia onde todos vencem. Podemos ser tão competitivos como os americanos, mas sem precisarmos de ter gigantescos bairros degradados nas nossas cidades», afirmou o chefe do Governo português. O primeiro-ministro, que discursou após Tony Blair, defendeu a criação de uma sociedade de aprendizagem para «uma economia baseada no conhecimento com inclusão social».

Antes, o primeiro-ministro britânico tinha também destacado a necessidade de formação dos cidadãos europeus nas novas tecnologias para que a Europa se possa transformar ao nível da competitividade. «Há uma década atrás, um Conselho Europeu sobre políticas económicas e sociais teria sido todo

António Guterres concluiu terça-feira um périplo pelas capitais da Finlândia, Suécia, Reino Unido e Luxemburgo para preparar a cimeira extraordinária de Lisboa dedicada ao tema do emprego e da sociedade de informação e que se realizará a 23 e 24 deste mês. Na segunda-feira, em Helsínquia, ouviu o chefe do Governo finlandês, Paavo Lipponen, afirmar a extrema importância de a presidência portuguesa da União Europeia ser apoiada nas sanções impostas à Áustria pelos restantes 14 países membros da União Europeia. Logo a seguir, António Guterres reafirmou que as relações bilaterais com a Áustria estão congeladas, mas que é necessária a participação austríaca em todos os órgãos da União Europeia. Sobre a cimeira extraordinária de Lisboa, o primeiro-ministro finlandês declarou que «é muito importante» por aliar crescimento e competitividade e coesão social».

Por sua vez, António Guterres retribuiu com elogios ao contributo dado pelo Governo finlandês, classificando o documento enviado por este país como «excelente».

REESTRUTURAR A COMUNICAÇÃO SOCIAL - ALIVIAR O ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

Em Conselho de Ministros foi aprovada a constituição de uma «holding» denominada «Portugal Global», agregando a RTP, a RDP e a Agência Lusa, que tem como objectivo permitir economias de escala entre estas três empresas e, pela sua dimensão, possuir um papel regulador no mercado da Comunicação Social. Na Assembleia da República, o ministro Adjunto, Armando Vara, assegurou não haver qualquer lista de despedimentos em nenhuma das três empresas e adiantou que a «holding» poderá permitir diminuir o esforço do Estado na RTP dos actuais 35 para 22 milhões de contos. Com esta nova forma de gestão, salvaguarda-se também uma maior independência face aos poderes políticos.



O Governo aprovou em reunião do Conselho de Ministros a criação da «Portugal Global, SPGS», uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos destinada a gerir as participações do Estado na RTP, RDP e Lusa. Esta decisão foi comunicada pelo ministro Adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara. De acordo com o membro do Governo, a administração da «holding» vai ter cinco elementos, entre os quais João Carlos Silva, ex-secretário de Estado do Orçamento e deputado do PS, que vai presidir à «Portugal Global» e à RTP, e também os presidentes da Agência Lusa e da RDP.

A «holding», que vai ter a forma de uma sociedade de gestão de participações sociais, tem como incumbência imediata a elaboração e coordenação de planos de reestruturação e de saneamento financeiro das empresas do sector que de tal necessitem, principalmente da RTP. Um dos objectivos da «holding» é permitir a criação de condições que, designadamente através de economias de escala, venham a possibilitar a realização de poupanças. Além disso, o Governo admite ainda que um grupo desta dimensão tenderá a possuir um papel regulador no mercado, de algum modo equivalente à Portugal Telecom ou à Caixa Geral de Depósitos no sistema bancário. Ainda segundo o ministro Adjunto, outro objectivo é permitir que, através de uma lógica de gestão comercial, as três empresas, que vão manter a sua autonomia, possam ter condições de isenção cada vez maiores e de independência do poder político. Por exemplo, na RDP, a profunda reestruturação em preparação irá permitir separar a área dos negócios da do serviço público e transformar os centros regionais

dos Açores e da Madeira em sociedades anónimas de capitais integralmente detidos pela RTP.

De acordo com o decreto lei aprovado no Conselho de Ministros, o capital social da «Portugal Global» é de 175 milhões de euros, encontrando-se integralmente realizado, uma parte em numerário, no montante de 784.197 euros, e outra parte, no montante de 174.251.803 euros, pela integração das participações sociais directamente detidas pelo Estado. Os direitos do Estado como accionista da sociedade são exercidos conjuntamente pelo ministro das Finanças e da Economia e pelo membro do Governo que tiver a seu cargo a área da Comunicação Social, ou quem estes designarem.

Reduzir os gastos na RTP

Explicando o projecto do Governo perante a Comissão de Direitos, Liberdades, Garantias e de Assuntos Constitucionais, o ministro Adjunto afirmou que o Executivo espera reduzir o esforço financeiro anual com a RTP de 35 para 22 milhões de contos nos próximos dois a três anos. Perante os deputados, Armando Vara reiterou que os objectivos que estão na base da decisão do Governo são «criar condições para diminuir o esforço financeiro nesta área» e «afastar a eterna suspeita de ingerência do Estado nessas empresas de comunicação social». O ministro Adjunto falou sobretudo da situação da RTP e justificou que a criação da «holding» permitirá o saneamento financeiro da televisão pública e, ao

mesmo tempo, «o arranque da sua reestruturação através de um plano estratégico que já tem a luz verde para avançar. A separação do serviço público da área dos negócios vai introduzir mais racionalidade e vigor na empresa e, por outro lado, permitir a optimização de recursos», defendeu Armando Vara. Também na sequência de intervenções de vários deputados, o ministro Adjunto assegurou que a «holding» não será uma fusão entre empresas. As empresas, sublinhou, irão manter a sua autonomia «e ao mesmo tempo gerar economias de escala e poupanças». Concretamente sobre renovação de quadros, o ministro Adjunto disse serem entre 500 e 600 pessoas na RTP que deverão sair progressivamente da televisão pública, defendendo, porém, um rejuvenescimento da empresa. «Não há uma lista de despedimentos», salientou o membro do Governo, explicando que serão feitas reformas antecipadas e rescisões amigáveis de contratos. Já em relação aos trabalhadores da Agência Lusa, o ministro adiantou que poderão estar tranquilos em relação aos seus postos de trabalho e apontou ainda que a empresa «está a viver um momento de expansão».

Empresas da Portugal Global

No conjunto, a Portugal Global passará a deter, entre outros activos, dois canais de televisão nacionais, dois regionais e dois internacionais, três canais nacionais de rádio, três regionais e dois internacionais e uma agência de notícias. Como tem

sublinhado o ministro Armando Vara em diversas intervenções públicas, o processo de reorganização da comunicação social de tida pelo Estado tem como objectivo diminuir o esforço financeiro do Estado no sector e encontrar soluções para o endividamento da RTP.

Só com o pagamento dos juros da dívida, a RTP gasta anualmente seis milhões de contos, custando-lhe o aluguer da rede de emissão para a difusão do sinal a nível interno cerca de cinco milhões de contos por ano, valor semelhante ao gasto também anualmente com a difusão por satélite para o resto do mundo. A RTP integra dois canais nacionais (RTP 1 e RTP 2), a RTP Madeira e a RTP Açores (canais com emissão regional autónoma e autonomia de programação), a RTP Internacional e a RTP África, bem como as empresas RTC (publicidade), TV Guia (publicações) e Focos AS – Formas e Conteúdos (ex-centro de produção de Lisboa, resultante da vontade de abertura ao capital privado).

Segundo o ministro Adjunto, como indemnização compensatória pelo serviço público que presta, a RTP deverá receber este ano 20,7 milhões de contos (o mesmo valor do ano passado, embora a administração tivesse proposto 32 milhões de contos). A Agência Lusa também manterá o valor do ano transacto, cerca de 1,7 milhões de contos.

No caso da RDP que mantém a taxa de radiodifusão, esta rende-lhe anualmente perto de 12 milhões de contos – cada português paga 278 escudos por mês, juntamente com a factura da electricidade.

DEFINIDA NOVA ESTRUTURA DE GESTÃO PARA QCA III

O Executivo socialista reunido no passado dia 2, aprovou um decreto-lei que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal.

O terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) constitui para Portugal o instrumento fundamental para acelerar o processo de convergência real ao padrão europeu de qualidade de vida e de competitividade económica, devendo garantir simultaneamente um desenvolvimento regional e socialmente equilibrado para o País.

O diploma aprovado pelo Governo assegurará assim o enquadramento legal da estrutura orgânica que permitirá o arranque e a execução do QCA III.

A plena realização deste objectivo implica a definição de um novo modelo organizativo da estrutura orgânica de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo do QCA III, que é consagrado neste diploma e constitui uma mudança sem precedentes na gestão dos fundos comunitários em Portugal, representando um passo fundamental para a reforma da Administração, um dos principais compromissos assumidos pelo actual Executivo socialista.

Esta mudança articular-se-á com o processo mais vasto de Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado, cuja missão foi instituída em 6 de Janeiro de 2000, designadamente no que respeita à racionalização da administração descentralizada.

No novo modelo de organização, e pela primeira vez, cada intervenção operacional regional do QCA abrangerá e integrará



intervenções de todos os Ministérios na região, confiando aos serviços regionalmente desconcentrados da Administração responsabilidades de investimento incomparavelmente maiores. Os Programas Operacionais Regionais atingem assim mais de três mil milhões de contos (multiplicando por quatro os valores do anterior QCA), incluindo cerca de 1,6 mil milhões de contos a título de intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas.

As regras de gestão e a estrutura de cada Intervenção Operacional Regional estão clarificadas no diploma, as responsabilidades perfeitamente definidas, encontrando-se estas intervenções sujeitas a rigorosas condições de avaliação e acompanhamento, nos termos dos regulamentos comunitários, estando estabelecidos objectivos estratégicos e quantificados a serem atingidos.

Aproximar os cidadãos às decisões

O Governo de António Guterres define assim um novo enquadramento legal, que aproxima o processo de decisão aos

cidadãos, aumenta a responsabilização e a coordenação regional nas decisões e na execução dos investimentos, a favor da racionalidade e rigor, combatendo o desperdício da duplicação e da dispersão dos apoios.

Ao mesmo tempo, são potenciadas dinâmicas e iniciativas regionais, sem as quais não será possível atingir um nível de capacidade de execução compatível com a dimensão do QCA III e do seu perfil temporal.

As autarquias cumprirá um papel fundamental de participação activa em todo este novo processo.

Aos parceiros económicos e sociais, designadamente representantes do Conselho Económico e Social e da Associação Nacional de Municípios, é consagrado assento nas Comissões de Acompanhamento, o que constitui uma inovação muito significativa do novo modelo, permitindo a transparência das opções estratégicas e de gestão, e uma grande abertura à sociedade civil.

Neste quadro, é determinada a implementação do Sistema de Informação do QCA III que garantirá a disponibilidade de uma base actualizada de indicadores físicos, financeiros e de impacto económico e social, indispensável ao permanente exercício de avaliação.

É de salientar que os resultados do processo de avaliação intercalar determinarão a distribuição, a meio percurso, da reserva do QCA III, que atinge quase 7 por cento (mais de 500 milhões de contos) do seu valor total, aos sectores e regiões mais eficientes e eficazes.

É ainda consagrado o princípio da contratualização, designadamente com as Associações de Municípios e as Juntas Metropolitanas, e outros agentes de

desenvolvimento local e regional, associado à apresentação de Programas Estratégicos e Operacionais que se enquadrem na estratégia e nos objectivos definidos para o QCA III.

Mais rigor na fiscalização

O acompanhamento do QCA III será muito reforçado, com diferentes níveis de coordenação governamental, sendo instituído o acompanhamento sistemático das grandes áreas transversais ao Quadro Comunitário de Apoio, como sejam o ambiente; a educação, a formação e emprego; o desenvolvimento local; a igualdade de oportunidades; as pequenas e médias empresas; a produtividade e inovação; a sociedade de informação; e a saúde.

É instituído o Sistema Nacional de Controlo do QCA III, que articulará três níveis de controlo, cabendo o controlo financeiro de alto nível à Inspeção Geral de Finanças. O actual diploma abre a possibilidade de qualquer entidade do Sistema poder recorrer à aquisição de serviços de auditoria externa.

Até à conclusão da execução do segundo Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), e sempre que tal seja possível, os membros do Governo promoverão o aproveitamento ou a adaptação das estruturas orgânicas de gestão das respectivas intervenções operacionais, tal como se encontram definidas no decreto-lei n.º 99/94, de 19 de Abril, conciliando-as com as que se encontram estabelecidas neste diploma quanto ao QCA III, de modo a evitar-se duplicação de estruturas e a assegurar-se uma racionalidade de organização.

REGULAR ACTIVIDADE E ACESSO A INFRA-ESTRUTURAS

O Conselho de Ministros aprovou, na quinta-feira, dia 2, em Lisboa, um diploma que regula o exercício da actividade de transporte internacional ferroviário e o correspondente acesso à infra-estrutura ferroviária nacional.

O decreto lei em questão define as condições do licenciamento, pelo Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), de entidades estabelecidas em Portugal para o desempenho da actividade de transporte internacional ferroviário e estabelece, como requisitos do



licenciamento, a idoneidade, a capacidade financeira e a capacidade técnica, bem como a garantia da cobertura da responsabilidade civil, fixando-se ainda o respectivo procedimento de aferição e as consequências da falta superveniente dos requisitos.

O diploma determina, ainda, quem pode aceder à infra-estrutura ferroviária nacional para a prestação de serviço de transporte internacional ferroviário, regulando-se as condições e o procedimento para efectivar esse acesso.

Para as entidades que não disponham de licença passada pelo INTF, mas se encontrem devidamente habilitadas para o exercício da actividade de transporte internacional ferroviário noutro Estado-membro da União Europeia (UE), é concedido acesso à infra-estrutura ferroviária nacional, desde que disponham de certificados de segurança emitidos por aquele Instituto.

O direito de acesso para entidades estabelecidas em Estados que não sejam membros da UE é também admitido, em determinadas condições.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O Executivo socialista entregou, no dia 2, em Lisboa, 103 novas viaturas à Brigada de Trânsito da GNR, num valor superior a 300 mil contos, de um lote de 260 encomendadas recentemente e cujas últimas serão recebidas dentro de «poucas semanas».



O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, destacou que «este esforço se insere na aposta do Governo na renovação e na redução da idade média dos veículos da frota das forças policiais, traduzindo-se na melhoria da respectiva capacidade operacional e no reforço das condições de segurança dos seus profissionais».

Nos últimos cinco anos, o Executivo socialista procedeu à aquisição de 2 758 novas viaturas para a GNR – o que representa 68 por cento da renovação da frota –, num investimento de 13 746 187 contos.

Até ao final do ano, o Governo prevê investir mais cerca de 1,5 milhões de contos na aquisição de 617 novas viaturas para a GNR, estando definido como objectivo operacional para o ano 2000 a substituição integral dos veículos com mais de dez anos ou com mais de 300 mil quilómetros. De acordo com dados fornecidos, só as patrulhas da Brigada de Trânsito da GNR percorrer cerca de 60 mil quilómetros por dia.

A frota da GNR é composta por 4 050 viaturas automóveis e 1 400 motociclos e ciclomotores, os quais percorreram em 1999 cerca de 102 milhões de quilómetros no cumprimento das suas missões.

AMBIENTE

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território propôs na passada sexta-feira, dia 3, em Murça, a criação de empresas intermunicipais para a realização de redes de abastecimento de água e de tratamento de esgotos.

O objectivo da proposta, segundo disse José Sócrates, é atingir em seis anos níveis de europeus de desenvolvimento – 95 por cento no caso do abastecimento de água e 90 por cento no tratamento de esgotos. Sócrates esteve reunido com representantes da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTD) e autarcas da região. O governante defendeu que os sistemas

intermunicipais consistiriam na criação de empresas, «para gerir em parceria ou de forma privada, todo o investimento que vai ser aplicado na concretização destes objectivos».



Portugal tem seis anos para realizar estes objectivos, disse o ministro do Ambiente, salientando que um «dos critérios para que se atinja o sucesso é o entendimento entre o Governo e as câmaras».

DEFESA

O ministro da Defesa, Castro Caldas, anunciou no dia 3, em Aveiro, ter chegado a um «acordo de princípio» com a edilidade aveirense para a cedência à autarquia do edifício da Capitania.



O edifício pertence actualmente à Marinha, que iniciou a sua recuperação com a consolidação das fundações, devido à ameaça de desabamento em que ficou depois da construção de um prédio contíguo.

A recuperação da Capitania foi alvo de um abaixo-assinado subscrito por diversas figuras públicas, incluindo o Presidente da República, mas as obras pararam e a Marinha tomou a decisão de vender o edifício.

Pelo acordo anunciado sexta-feira por Castro Caldas, o Estado conserva os créditos litigiosos que são reclamados em Tribunal à empresa que fez o prédio vizinho, mas cede o imóvel à Câmara de Aveiro, juntamente com um aquartelamento existente à saída da cidade, perto do nó das Pirâmides. Em troca, a autarquia assume a

responsabilidade de construir instalações

para o aquartelamento na área portuária do Forte da Barra e duas residências na área urbana, uma para o Capitão do Porto e outra para o Patrão-Mor.

A reabilitação do que resta da antiga Capitania passa a ser com a Câmara, até um montante máximo de 110 mil contos (550 mil euros), devendo obter para o efeito a colaboração do Ministério da Cultura, através de verbas provenientes do III Quadro Comunitário de Apoio.

O «acordo de princípio», segundo Castro Caldas, carece ainda do acordo do Ministério das Finanças.

ECONOMIA

O IAPMEI e a Direcção-Geral da Energia assinaram, no dia 2, em Santa Maria da Feira, um conjunto de 547 contratos de investimento, relativos a vários programas de incentivo do II QCA, que globalmente representam um investimento superior a 137 milhões de contos.



Durante a sessão, que marcou o encerramento do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), o ministro da Economia e das Finanças, Pina Moura, sublinhou que ao investimento global de 137 milhões de contos (685 milhões de euros) corresponde a um investimento público de cerca de 40 milhões de contos (200 milhões de euros).

Os contratos assinados dizem respeito a empresas de diversos sectores de actividade, assumindo maior destaque em termos de investimento os sectores têxtil (39 por cento) e da metalomecânica (23 por cento).

A nível geográfico, a maior fatia de investimento realizou-se na região Norte, com 77,2 milhões de contos (386 milhões de euros) e um incentivo público associado de 26,5 milhões de contos (132,5 milhões de euros).

A região Centro totalizou um investimento global de cerca de 40 milhões de contos (200 milhões de euros) e um incentivo público de 8,4 milhões de contos (42 milhões de euros), enquanto na região Sul foram aplicados 20 milhões de contos (cem milhões de euros) com um apoio público de cinco milhões de contos (25 milhões de euros).

O II QCA, iniciado em 1994, envolveu no âmbito de diversos programas um total de oito mil projectos aprovados, que representaram um investimento global

próximo dos dois mil milhões de contos (dez mil milhões de euros) e incentivos de 520 milhões de contos (2,6 mil milhões de euros), permitindo a criação de mais de 60 mil novos postos de trabalho.

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, apelou na sexta-feira, dia 3, em Castelo de Paiva, à comemoração do Dia da Cidadania em todas as escolas do País, no próximo dia 16.



«Dia da Cidadania» é uma iniciativa cuja preocupação central é chamar a atenção da sociedade para a importância das actividades da escola ligadas à formação pessoal e social.

«A cidadania deve ser assumida como centro da vida educativa, sendo o aluno a preocupação fundamental de toda a acção no domínio da educação», afirmou o governante.

A iniciativa tem como componentes as várias vertentes da educação, ecológica, do consumidor, familiar, sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, nos serviços cívicos e noutros do mesmo âmbito.

«O que se pretende é uma escola aberta e não uma escola fechada sobre si mesma, procurando sensibilizar a sociedade para a importância que a educação cívica terá na vida escolar», disse Guilherme d'Oliveira Martins.

O ministro falava durante a inauguração da Escola Básica 2+3 de Castelo de Paiva, durante a qual foi também assinada a homologação do contrato de construção da EB 2+3 de Couto Mineiro, na freguesia paivense de Raiva.

Durante a sua deslocação ao Norte, o titular da pasta da Educação inaugurou a Escola Profissional de Gaia, o pavilhão desportivo da EB-3 do Marão, em Amarante, e a Escola Secundária de São Pedro da Cova, em Gondomar.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, anunciou no dia 3, em Viana do Castelo, que o Executivo socialista tem em fase final de preparação um pacote legislativo para incentivar a recuperação de casas situadas nos centros históricos.

«Vamos apresentar na Assembleia da República um pacote legislativo para, num

PELO PAÍS

Governança Aberta

investimento e lógica quadripartidos (Governo, câmaras municipais, inquilinos e senhorios) criar as condições para que as pessoas possam ter as suas casas recuperadas e ter o retorno dos seus investimentos», referiu Jorge Coelho.



O governante sustentou ainda que «só tendo a certeza do retorno do seu investimento é que as pessoas avançam para a recuperação das casas», pelo que «o Governo está disposto a resolver este problema, sem medo dos Velhos do Restelo».

«Este programa de recuperação de casas nos centros históricos é aquele a que o Ministério do Equipamento Social deu mais importância para este ano e pensamos que, em conjugação de esforços, vai ser possível torná-lo realidade», acrescentou. Jorge Coelho falava em Viana do Castelo, onde participou na assinatura de um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e o Instituto Nacional de Habitação, com vista à construção de 145 fogos de habitação social em 15 freguesias do concelho, num investimento de 1 milhão e 200 mil contos.

Jorge Coelho homologou ainda os acordos de colaboração entre a Câmara de Viana do Castelo e a Direcção Geral de Transportes Terrestres para a construção de uma passagem inferior à linha férrea em Barroelas e de uma outra na Areosa, que significarão um investimento total de 145 mil contos.

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, presidiu, no passado dia 4, na Guarda, à assinatura do Protocolo Recria com a autarquia local.

Este acordo visa a reabilitação de 30 fogos da cidade, situados em edifícios antigos, para obras orçadas em 360 mil contos. O investimento será comparticipado em 60 por cento pelo Executivo socialista, através do IGAPHE, e a 40 por cento pelo Município da Guarda.

Antes, no mesmo dia, Leonor Coutinho entregou casas a 22 famílias, em Manteigas.

A construção destas habitações envolveu uma comparticipação a fundo perdido de 67,1 mil contos e um financiamento a longo prazo de igual valor, bonificado a 76 por cento pelo Estado.

Em Gouveia, a secretária de Estado da



Habitação procedeu à entrega de 17 fogos a igual número de famílias, uma construção que contou com o investimento, a fundo perdido, de 38 mil contos.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros português anunciou, no dia 2, o perdão de metade da dívida directa de Moçambique a Portugal, no montante de 30 milhões de contos, como mais uma forma de apoiar o processo de reconstrução moçambicano.



Numa conferência de Imprensa que se seguiu a uma reunião do Conselho de Ministros, em Lisboa, Jaime Gama exortou outros países doadores a seguirem o exemplo de Portugal, dado que nenhum deles, até agora, tomou a iniciativa de perdoar um montante tão elevado.

Gama anunciou também que o nosso país vai colocar em Moçambique, em permanência, um avião C-130 da Força Aérea Portuguesa (FAP), com uma missão de protecção civil – fuzileiros e bombeiros – para a evacuação e salvamento das vítimas das cheias.

O chefe da diplomacia portuguesa indicou, por outro lado, que o Conselho de Ministros português aprovou nessa quinta-feira um programa de acção de emergência de apoio a Moçambique.

O programa prevê, entre outros apoios, a disponibilização de um montante até cinco milhões de dólares (cerca de um milhão de contos), dos quais 1 150 milhões de dólares (cerca de 230 mil contos) já foram transferidos para Maputo de forma a

garantir o aluguer e fretamento de helicópteros na região para as operações de salvamento.

SOLIDARIEDADE

O Executivo socialista vai propor que todos os idosos interessados em ingressar em lares de terceira idade passem a assinar um contrato de aceitação de regras e deveres com as instituições de acolhimento.



Esta proposta foi anunciada quinta-feira, dia 2, em Faro, pelo secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da

Solidariedade, Rui Cunha, que realizava uma visita de trabalho de dois dias ao Algarve.

A sugestão governamental será levada à reunião da Comissão de Acompanhamento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, agendada para o próximo dia 22.

«Os idosos ou os seus representantes legais devem ser ouvidos sobre se estão ou não dispostos a aceitar as regras de funcionamento dos estabelecimentos de acolhimento e a assumir os deveres de utentes», sublinhou o secretário de Estado ao explicar os objectivos do contrato.

Segundo o governante, trata-se da primeira medida prática no âmbito do Plano Avó, um programa governamental de apoio aos idosos lançado a 7 de Fevereiro, que visa o aumento de qualidade na prestação de serviços.

Na opinião de Rui Cunha, se tal proposta for aprovada, «será dado um importante passo ao nível da cidadania dos idosos no País».

O secretário de Estado anunciou ainda que, no âmbito do mesmo plano, o Governo pretende instituir o «certificado de qualidade» a todos os estabelecimentos de apoio social, sejam eles públicos ou privados.

DESTAQUE – CM

Moçambique

APROVADA AJUDA DE EMERGÊNCIA

O Conselho de Ministros, na reunião do passado dia 2, que decorreu em Lisboa, expressou ao Governo e ao povo moçambicanos a sua profunda solidariedade de Portugal face aos dramáticos acontecimentos que têm flagelado aquele país irmão.

O Conselho de Ministros foi informado sobre as medidas em curso referentes ao apoio a Moçambique e ratificou um programa de acção de emergência que inclui, entre outras, as seguintes decisões:

- O estacionamento em Moçambique de um avião C-130 da Força Aérea;
- O fornecimento, já efectuado, de 40 toneladas de materiais de emergência e o seu reforço por via aérea com diversos equipamentos, entre os quais, tendas, geradores e moto-bombas, material médico, botes e equipamentos de mergulho, bem como roupas e rações de combate;
- O envio para Moçambique de equipas da Protecção Civil e das Forças Armadas (fuzileiros navais) para apoio às operações de salvamento;
- Uma contribuição financeira de cinco milhões de dólares para ajuda de emergência, da qual parte ficará afectada ao contributo para o aluguer de helicópteros pesados, de que Portugal não dispõe. Já foram avançados 1 150 000 dólares.

• A revisão imediata do programa de cooperação trienal com Moçambique, fazendo incidir as prioridades na reabilitação tornada necessária pelas cheias;

• O alívio da dívida directa de Moçambique a Portugal, atendendo às circunstâncias excepcionais, com um perdão no valor de 30 milhões de contos;

• O apoio operacional às ONG's portuguesas envolvidas nas acções humanitárias.

O Conselho de Ministros recebeu informações do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, sobre as acções em curso a nível da União Europeia, impulsionadas pela Presidência Portuguesa com apoio de outros países e da Comissão.

Neste âmbito, estão já em Moçambique o comissário para o Desenvolvimento e o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Em comunicado, a Presidência do Conselho de Ministros assegura que o Executivo português continuará nos próximos dias a desenvolver diligências, no quadro da União Europeia e junto dos países amigos e das instituições financeiras internacionais, no sentido de mobilizar apoios indispensáveis às acções de salvamento e reconstrução.

CARTAZ

25 ABRIL
25 ANOS

300 EXEMPLARES EDIÇÃO LIMITADA

Formato 40x60 cm, impresso a cores em papel couché

500\$00 MAIS PORTES DE CORREIO

Pretendo receber, na morada indicada, o Cartaz 25 de Abril 25 Anos

Envio Cheque Vale Correio No valor de 750\$00

Inclui custos de envio

Nome
Morada
Cod. Postal
Telefone
Telex

Assinatura

Por favor destacar este cupão e enviar para a seguinte morada:
Ação Socialista - Avenida das Descobertas 17 - 1400 Lisboa

Se desejar, poderá utilizar o seguinte email: acao.socialista@partido-socialista.pt

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 2 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal;
- Uma proposta de lei que regula o voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República e o alarga a situações de voto antecipado;
- Um decreto-lei que regula o exercício da actividade de transporte internacional ferroviário e o correspondente acesso à infra-estrutura ferroviária nacional;
- Um decreto-lei que equipara os espaços criados nos aeroportos portugueses a centros de instalação temporária;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, que tem por objectivo estabelecer o regime de constituição e os direitos e deveres das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes;
- Um decreto-lei que fixa as condições em que poderá a Região Autónoma dos Açores alienar os direitos de subscrição em aumentos de capital do Banco Comercial dos Açores, SA, dos quais não resulte numa participação inferior a 10 por cento do capital do Banco;
- Uma resolução que estabelece as condições de alienação dos direitos de subscrição da Região Autónoma dos Açores no aumento de capital social do Banco Comercial dos Açores SA, de 9 000 000 000 milhões para 11 000 000 000 milhões;
- Uma deliberação que aprova a minuta do Acordo de Reequilíbrio Financeiro V a celebrar entre o Estado Português e a Lusoponte;
- Um diploma que altera a redacção do decreto-lei n.º 244/92, de 29 de Outubro, clarificando as regras para a passagem de certificados de origem;
- Um decreto-lei que cria um novo regime jurídico de imposição suplementar nos regimes das quotas leiteiras;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva comunitária relativa aos procedimentos de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e às regras relativas aos serviços da sociedade da informação;
- Um decreto-lei que estabelece as disposições relativas às especificações técnicas aplicáveis às gasolinas e aos gasóleos a utilizar em veículos equipados com motores de ignição comandada e de ignição por compressão, transpondo para a ordem jurídica interna a correspondente directiva comunitária;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento da Homologação CE do Modelo de Automóveis e Reboques, seus Sistemas, Componentes e Unidades Técnicas;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva comunitária relativa à homologação das portas de um modelo de automóvel e reboques, visando harmonizar o controlo das prescrições técnicas aplicáveis, assim como, harmonizar o processo de homologação comunitário para cada modelo de veículo relativamente às portas;
- Um decreto-lei que regulamenta a homologação dos dispositivos de direcção dos automóveis e seus reboques e, simultaneamente transpõe para o direito interno a directiva 1999/7/CE, da Comissão, de 26 de Janeiro;
- Um decreto que aprova o acordo por troca de notas, de 23 de Dezembro de 1998, modificativo do artigo 4º do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, de 12 de Junho de 1970, entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Francesa;
- Uma resolução que aprova a convenção adicional que altera a convenção entre Portugal e a Bélgica para evitar a dupla tributação e regular algumas outras questões em matéria de impostos sobre o rendimento e protocolo final, assinada em Bruxelas a 6 de Março de 1995;
- Uma resolução que consagra as emendas à convenção relativa à Organização Europeia de Telecomunicações por Satélite (Eutelsat);
- Uma resolução que aprova a convenção entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e protocolo anexo, assinada na Cidade do México em 11 de Novembro de 1999.



CHILE

Direitos humanos

UM PINOCHET VOLTA SEMPRE AO LOCAL DO CRIME

Um Pinochet (um dos mais sangrentos tiranos deste século, acusado de crimes contra a humanidade) volta sempre ao local do crime. Ou seja, ao Chile, onde é responsável pelas maiores atrocidades contra milhares de chilenos, espalhando um manto de dor e terror na pátria de Pablo Neruda e Salvador Allende, o que o coloca no «top» da barbárie e bestialidade.

O ex-ditador chileno Augusto Pinochet, libertado pelo ministro do Interior britânico depois de 503 dias de detenção em Londres, numa mansão de luxo, regressou no dia 3 ao Chile, onde foi calorosamente recebido por duas centenas de apoiantes (militares da brigada do reumático, saudosos dos velhos tempos da barbárie e repressão, figuras da média e alta burguesia, adeptos dos «Chicago boys», mulheres desocupadas do «jet set» e do «dolce fare niente» e outros figurões). Acompanhado da mulher e de um neto e vestido à civil, o ditador regressou ao Chile depois de quase 17 meses de detenção em



Londres sob a acusação de violações graves dos direitos humanos ocorridas durante o regime militar chileno (1973-1990), que chefiou.

Depois de uma longa batalha jurídica, desencadeada pelo pedido de extradição do juiz espanhol Baltasar Garzón, o Governo britânico decidiu rejeitar a extradição e libertar o ex-ditador por razões de saúde. À chegada ao aeroporto, Pinochet, sorridente em aparente boa forma, cumprimentou e abraçou cerca de 200 figurões convidados para o receber. O governo chileno não enviou qualquer representante à recepção.

Cerca de uma hora após a chegada, o ditador, sob fortes medidas de segurança, foi transportado para o Hospital Militar de Santiago, onde foi submetido a exames médicos, tendo depois regressado à sua residência, uma mansão luxuosa.

Os opositores de Pinochet, entre os quais muitos familiares de milhares de desaparecidos durante o reinado de terror de Pinochet, ocuparam, por seu lado, toda a Praça da Constituição, em Santiago, numa manifestação de «luto» em que pediram o levantamento da imunidade parlamentar do senador vitalício e o seu julgamento.

Ditador brincou com a justiça

Comentando a aparente forma física de Pinochet, o deputado socialista Sergio Aguilo afirmou que o general «brincou com a justiça e com a comunidade internacional ao conseguir uma libertação a pretexto de um débil estado de saúde que não é evidente». Carlos Reyes, um dos responsáveis da associação de exilados chilenos em Londres, expressou uma opinião semelhante ao afirmar: «Ele (Pinochet) apareceu em forma em Santiago e isso não é uma surpresa para nós. Enganou os médicos e as autoridades britânicas para

receber um acolhimento de herói».

Também a Amnistia Internacional, organização que liderou a campanha pelo julgamento de Pinochet, considerou que as circunstâncias em que se verificou o seu regresso ao Chile vão «alimentar suspeitas». «Infelizmente, os procedimentos ilegais seguidos por Straw (Jack Straw, ministro do Interior britânico) deixam em suspenso a questão da sua capacidade para comparecer» em tribunal, afirmou um portavoz.

O regresso de Pinochet ao seu país tem motivado várias reacções na Europa.

Em Itália, o primeiro-ministro, Massimo D'Alema, manifestou a sua confiança na justiça chilena, declarando-a «capaz de julgar a actuação de Pinochet».

A França, por seu lado, um dos países que pediu a extradição do sanguinolento ditador sul-americano, indicou não considerar que o caso Pinochet esteja encerrado.

«Cabe à justiça francesa determinar os passos a seguir e diligências a empreender contra o general Pinochet pelo desaparecimento de compatriotas nossos durante a ditadura militar», afirmou o portavoz do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, François Rivasseau.

J. C. CASTELO BRANCO

LISBOA

António Costa defende

EUROPA TEM DE SER ESPAÇO DE LIBERDADE E JUSTIÇA

O ministro português da Justiça, António Costa, defendeu no passado dia 3 que a Europa só se realizará plenamente se for um espaço de liberdade, segurança e justiça, e não apenas um mercado interno único.

Falando na abertura do conselho informal de ministros da Justiça e da Administração Interna, na presença dos governantes austríacos Dieter Bohmdorfer e Ernst Strasser, António Costa evocou a ditadura de Salazar e a revolução de Abril de 1974 para sustentar que «Portugal conhece particularmente bem o valor da liberdade e da democracia» e que «estes valores são indissociáveis do projecto europeu».

«São valores fundadores de uma comunidade europeia criada nos escombros da guerra e do holocausto», enfatizou.

Em nome destes valores, salientou, a União Europeia (UE) não se pode limitar a ser um espaço aduaneiro num mercado interno único já que, para se realizar plenamente, tem de se transformar também num



«espaço de liberdade, segurança e justiça». Na sua declaração, António Costa lembrou que Portugal assumiu esta segunda Presidência da UE no ano que marca a mudança de século e de milénio, mas também no ano em que se celebra o 26º aniversário do 25 de Abril que pôs fim a uma longa ditadura na Europa.

«O 25 de Abril devolveu-nos a liberdade e a democracia e a amizade com os povos com quem travamos a guerra colonial e abriu-nos a porta de Europa, da qual

estivemos excluídos durante 48 anos», acentuou.

Para António Costa, a ditadura de Salazar manifestou-se neutral perante o totalitarismo nazi e «hoje a democracia sabe que não há neutralidade possível quando são os valores da liberdade que estão em jogo».

Projecto de coesão social

O ministro da Justiça português sublinhou que a «construção do futuro exige uma memória viva», acrescentando: «Deixamos este século com a memória bem viva e orgulhosos da liberdade e da democracia conquistadas com a Europa, que nos lançou num projecto de coesão social».

A este propósito, os ministros da Justiça e dos Assuntos Internos dos Quinze foram convidados a visitar a exposição «Liberdade e Cidadania», na Cordoaria Nacional, em Lisboa.

A exposição visa lembrar a luta dos portugueses pela liberdade e democracia, sobretudo no período negro da ditadura. No final da exposição, há um painel em

que os ministros presentes podem deixar as suas mensagens sobre os valores da liberdade e democracia.

A sessão foi aberta pelo ministro Fernando Gomes (Administração Interna), que convidou os seus homólogos a estarem presentes na exposição, realirmando os valores que presidiram à fundação da UE e que continuam a estar no «espírito» da comunidade.

Lembrar os campos de concentração nazi

A ministra da Justiça francesa, a socialista Elisabeth Guigou, fez referências directas à Áustria, manifestando-se chocada com as declarações de responsáveis austríacos sobre o III Reich em que são negadas as atrocidades praticadas nos campos de concentração nazi.

Manifestou o empenho da França na elaboração da Carta dos Direitos Fundamentais e falou sobre os horrores do holocausto.

A França assume a presidência da UE no segundo semestre deste ano.

VITORINO APELA À «PARTILHA DE TAREFAS» ENTRE COMISSÃO E ESTADOS

O comissário europeu António Vitorino apelou no passado dia 3 à disponibilidade dos Quinze para «repartir tarefas» com o Executivo comunitário na definição de uma política comunitária na área da Justiça e Assuntos Internos.

Segundo fonte ligada aos trabalhos, o membro da Comissão Europeia instou os ministros da Justiça e Assuntos internos dos Quinze que se reuniram informalmente em Lisboa a «prepararem» as suas próprias iniciativas ou a disponibilizarem peritos nacionais a trabalharem com o executivo na preparação legislativa.

António Vitorino quer deixar bem claro «quem faz o quê» na concretização de políticas europeias em área como o asilo e a imigração, o acesso à justiça e cooperação judiciária civil ou a cooperação policial e a cooperação judiciária penal, até como forma de não haver «duplicação de tarefas».

A argumentação de Vitorino assenta também num critério jurídico, já que esta é uma área em que, ao contrário de outras, a iniciativa de apresentar propostas ou legislação tanto pode partir da Comissão como dos Estados-membros.

Na sequência da apresentação da versão preliminar do painel de avaliação («scoreboard») sobre tarefas e calendários para a adopção de uma política comunitária em matéria de justiça e assuntos internos, o comissário português falou ainda de uma das medidas novas que passaram a figurar naquele elenco.

Trata-se de uma proposta que a Comissão «vê com bons olhos», que é de incluir uma referência à necessidade de tratar ao nível da União do problema do hooliganismo no desporto que, defende Vitorino, «é um fenómeno de natureza transnacional».

Neste sentido, a proposta da Comissão deverá encontrar uma definição sobre o



que é «hooliganismo» e as sanções aplicáveis «a quem quiser perturbar o normal funcionamento dos espectáculos desportivos, através de manifestações de agressividade».

Igualmente em destaque na reunião informal de Lisboa (que será seguida por um Conselho Europeu a 27 deste mês, em Bruxelas), esteve também uma questão que o Executivo comunitário admite «mexer em áreas muito sensíveis» de alguns Estados-membros: direito de imigrantes legalmente residentes num país da União poderem chamar para junto de si os seus familiares directos, o chamado reagrupamento familiar.

A Alemanha foi um dos países que no dia 3 manifestou algumas reservas quanto à adopção daquele tipo de propostas.

ordenamento jurídico interno».

No entanto, entende o Executivo comunitário, o caso Pinochet «não deixa o ordenamento jurídico igual ao que era antes».

Igualmente abordada na reunião foi a criação de uma rede com capacidades operacionais de magistrados, procuradores e polícias ao nível europeu (o chamado Eurojust) para a perseguição criminal dos delitos transfronteiriços e transnacionais.

Branqueamento de capitais

Neste sentido falou-se ainda da possibilidade de congelamento de bens a sociedades ou pessoas envolvidas em actividades de branqueamento de capitais, a troca de informações entre instâncias reguladoras (bancárias, financeiras, seguradoras) sobre transações suspeitas ou exigência de transparência na constituição de corpos sociais (accionistas e dirigentes) das sociedades envolvidas no tráfico de capitais.

A versão final do «scoreboard» será agora levada à reunião de ministros da Justiça e Assuntos internos do próximo dia 27, em Bruxelas, no final da ronda de António Vitorino pelas capitais europeias (faltam Estocolmo, Viena, Roma e Dublin para completar o périplo).

Para a conferência promovida pela presidência portuguesa da União sobre prevenção criminal (em Maio, no Algarve), ficaram também definidas duas prioridades: combater a prevenção da criminalidade urbana e juvenil ligada à toxicod dependência (nomeadamente através da troca de experiências entre os Estados-membros) e luta contra o branqueamento de capitais, através do aperfeiçoamento da legislação sobre esta área.

À Comissão caberá definir princípios como o reconhecimento do reagrupamento familiar (e quem são os familiares directos que podem ser abrangidos) ou o período de permanência dentro do espaço da União para que um imigrante legal possa fazer uso desse direito, mas caberá a cada Estado-membro a definição do que é casamento ou do tratamento das chamadas uniões de facto.

Libertação do ditador chileno

Quanto à libertação do antigo ditador chileno decidida pelo Reino Unido, a Comissão entende que esta «não é uma matéria de direito europeu», mas «uma decisão do Reino Unido em função do seu

REPUDIADAS AS DECLARAÇÕES DE MINISTRO ANGOLANO

Uma nota à Comunicação Social do dia 3 de Março, a delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu (PE) expressou a sua «profunda indignação pelas declarações do ministro da Comunicação de Angola que visaram atingir pessoal e politicamente Mário Soares». Os eurodeputados socialistas portugueses «repudiam essa declarações destituídas de qualquer fundamento contra um homem que é a grande referência de



Portugal democrático e cujo percurso político fala por si».

Socialistas solidários com Moçambique

Por outro lado, a tragédia que se vive actualmente em Moçambique foi alvo de uma iniciativa do Grupo Socialista no PE na mini-sessão plenária do dia 1 de Março, em Bruxelas.

Em nome dos socialistas portugueses,

sobre a tragédia que se abateu sobre Moçambique, falou o eurodeputado Mário Soares.

Entretanto, e também sobre Moçambique, a eurodeputada socialista Maria Carrilho apresentou à Comissão uma pergunta escrita.

No documento, Maria Carrilho pretende saber como conta a Comissão assegurar a transição nesta fase para a reconstrução e quais os meios materiais organizativos que serão disponibilizados. J. C. C. B.

ECONOMIA

Elisa Ferreira prevê

APROVAÇÃO DO QCA III EM MARÇO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, reiterou em Bruxelas que espera ver a negociação do III Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) aprovado pela Comissão Europeia até finais de Março.

«As negociações continuam a correr bem e espero que o III QCA - quadro financeiro de apoios para o período 2000/2006 - esteja aprovado em finais de Março e pronto a entrar em vigor logo a seguir», afirmou a governante, no final de uma conferência sobre a coesão económica e social das regiões periféricas marítimas organizada recentemente pela CPRM, uma organização europeia ligada a este sector.

Quanto ao II QCA, que vigorou entre 1994 e 1999, os últimos dados apontam para uma taxa de execução de 83 por cento, prevendo-se que os dados definitivos sejam conhecidos até ao final deste ano, já que Elisa Ferreira pretende encerrá-lo até essa data.

Inquirida sobre se a suspensão das ajudas às empresas da região de Lisboa e Vale do Tejo poderá prejudicar os apoios às iniciativas empresariais da região, a ministra do Planeamento salientou que o problema



apenas se porá a partir de Abril, altura em que já deverá estar em vigor o III QCA.

«Existe uma diferença de interpretação entre a Comissão e Portugal quanto à definição do *Aphasing Out* (fase de transição) definido para a região de Lisboa - por ter já um PIB superior a 75 por cento da média comunitária, o que a afasta das regiões

Objectivo Um», relembrou Elisa Ferreira, destacando que até Abril não haverá problemas quanto às ajudas de Estado às empresas da zona em causa.

Europa alargada a Leste

Na sua intervenção perante os conferencistas, em que o tema em discussão era o futuro das regiões periféricas marítimas numa Europa alargada à Europa do Leste, a ministra do Planeamento defendeu que é urgente começar a reflectir sobre esta questão, já que, numa União a 25, muitas das regiões actualmente Objectivo Um tendem a deixar de o ser, mesmo que na realidade ainda estejam com os níveis de desenvolvimento que justificam a concessão de grandes apoios.

«A grande questão é saber como compatibilizar uma Europa alargada com um grande aumento das suas regiões, e a necessária coesão económico-social das actualmente existentes», frisou Elisa Ferreira, lembrando que dos países que irão entrar na União a maior parte estará totalmente integrada dentro dos limites que

permitem considerar uma zona como Objectivo Um - as mais pobres e que necessitam de maior volume de apoios financeiros.

A este propósito, e com o objectivo de fazer o ponto de situação actual, a presidência portuguesa irá organizar uma reunião a 31 de Março próximo em Lisboa, onde participarão ministros dos países com regiões periféricas marítimas e em que serão analisados os relatórios que estão a ser elaborados por peritos.

«Portugal é um país muito interessado na ligação entre o território e as questões da coesão económica e social, dado que ele próprio é um país periférico em termos europeus e só com a ajuda da União conseguiu dar um impulso ao seu desenvolvimento», concluiu Elisa Ferreira. A mesma linha de pensamento foi expressa pelo comissário europeu do sector, o francês Michel Barnier, que considerou importante o início de uma reflexão sobre o futuro deste tipo de regiões e salientou a sua abertura para encontrar soluções que não façam perigar «o desenvolvimento harmonioso das actuais regiões» face ao alargamento da União Europeia a leste.

TURISMO

Secretário de Estado anuncia

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O secretário de Estado do Turismo anunciou, no dia 2, no Porto, a elaboração de um plano nacional de formação profissional turística destinada aos profissionais no activo.

Vitor Neto referiu que serão abrangidos por esta acção «dezenas de milhar de profissionais que já trabalham no sector, mas que precisam de formação».

«Precisamos de mais escolas e vamos tê-las, mas o investimento na formação profissional tem de ser alargado aos activos», sublinhou, salientando que «o turismo é cada vez mais um sector importante da economia e do emprego no nosso país».

O plano está a ser elaborado por um grupo de trabalho dos ministérios da Economia e do Trabalho e Solidariedade, e deverá ser brevemente apresentado e discutido com as associações empresariais.

O secretário de Estado do Turismo falava na abertura do seminário internacional «Turismo Urbano», organizado pela autarquia portuense, que decorreu no edifício da Alfândega do Porto.

A formação profissional e a promoção das estruturas regionais a nível nacional e internacional é a par dos instrumentos financeiros, disponibilizados no III Quadro Comunitário de Apoio (cerca de 150



milhões de contos), as componentes de um programa que o Governo pretende implementar num sector com «uma dinâmica impar» e que «está a registar um crescimento superior à média europeia». «Os próximos três a cinco anos são cruciais para a consolidação de grandes projectos no sector», sublinhou o governante. Segundo Vitor Neto, a verba disponibilizada no III QCA é quase o dobro da anterior, mas «a sua utilização depende

muito do dinamismo das empresas».

«Crescemos muito nos últimos três anos, mas o optimismo é moderado», disse, salientando que seria perigoso «embalar em euforias».

«Temos que continuar a crescer, mas de forma coordenada, consolidada e sustentada», frisou.

Segundo dados apresentados pelo secretário de Estado, entre 1996 e 1999, o número de visitantes estrangeiros subiu cerca de 20 por cento e o crescimento de

receitas rondou os 44 por cento.

«Estamos a crescer em qualidade e em receitas», referiu, acrescentando que «a receita média diária por turista é superior a registada em Espanha».

Em 1999, cerca de 27 milhões de estrangeiros visitaram Portugal, país que tem registado um crescimento superior a média europeia e só inferior à da Espanha. Na sessão de abertura, Manuela de Melo, vereadora da Cultura na Câmara do Porto, salientou a importância do seminário pelo «papel que o turismo urbano assume na actividade turística europeia e mundial».

A nível local, a vereadora espera que o debate sirva para descobrir as potencialidades e fragilidades da cidade do Porto.

O impacto do turismo nas cidades, a importância da valorização da oferta, a componente cultural do turismo urbano e os grandes eventos como promotores da imagem das cidades, foram alguns dos temas analisados no encontro.

No último dia de trabalhos, sábado, dia 4, foi abordado o tema «Porto e Roterdão, cidades europeias da cultura 2001 - objectivos, estratégias e expectativas», com a participação de Paul Nouwen, presidente da Roterdão 2001, Holanda, e Teresa Lago, presidente da Sociedade Porto 2001.

TODOS OS CONCELHOS COM CARTA ESCOLAR

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, afirmou, no dia 4, em Almeirim, que pretende que todos os concelhos possuam uma carta escolar para se conhecer qual «o planeamento que tem que ser feito relativamente às necessidades educativas no seu todo».

O governante afirmou que o trabalho para a elaboração das cartas escolares está a ser feito em colaboração com a Associação Nacional de Municípios e que com as cartas – referiu – «será também possível saber, com rigor, qual a evolução da população escolar».

Oliveira Martins falava aos jornalistas depois da inauguração da Escola Básica do 2º e 3º Ciclos de Fazendas de Almeirim, uma obra que custou cerca de 600 mil e que tem capacidade para 800 alunos.

A nova escola tem, para já, 300 alunos, integrando-se no programa de escolas completas que são construídas com infra-estruturas desportivas cobertas e descobertas, bibliotecas equipadas com as novas tecnologias de comunicação e laboratórios.

Para que a escola seja «completa» o ministro referiu-se ao corpo docente que «terá de ser empenhado», desejando «que as escolas deixem de ser fábricas de aulas e sejam autênticas comunidades onde a qualidade seja o grande objectivo».

O programa de escolas completas também se estende às escolas construídas antes de 1996 (ano do início do programa). Guilherme d'Oliveira Martins inaugurou, também sábado, o pavilhão desportivo da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Marinhas, no concelho de Salvaterra de



Magos.

O pavilhão era uma obra reclamada há nove anos, altura em que foi construída a escola e resultou de um acordo entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos.

O novo espaço destinado à prática de desporto e Educação Física com mais de 500 alunos estará aberto à comunidade local no período nocturno.

A obra teve um custo total de 120 mil contos, dos quais 30 mil foram pagos pela autarquia.

Exames nacionais: inscrições a partir do dia 20

Entretanto, foi divulgado que os exames

nacionais do ensino secundário arrancam a 19 de Junho, podendo os candidatos inscrever-se entre os próximos dias 20 e 31. Estas provas, que em muitos casos servem de porta de acesso ao ensino superior, tiveram 287 mil alunos inscritos o ano passado, não havendo estimativas para os números deste ano.

No presente ano lectivo, a primeira chamada da primeira fase decorrerá entre 19 de Junho e 12 de Julho, enquanto a segunda chamada se realizará entre 13 e 21 de Julho.

A segunda fase, com uma única chamada, decorrerá entre 4 e 18 de Setembro.

Para informar os alunos do secundário e os candidatos ao ensino superior, relativamente aos exames nacionais do

ano lectivo 1999/2000, foram distribuídas pelas escolas secundárias quatro brochuras onde são apresentados os núcleos significativos de objectivos e conteúdos das disciplinas do novo ensino secundário e da via de ensino do 12º ano sujeitas a exame final nacional.

Na brochura intitulada «Exames Nacionais do Ensino Secundário e Acesso ao Ensino Superior - Guia Geral de Exames 2000» é apresentada informação relativa aos cursos e exames do ensino secundário, incluindo a informação que se refere à articulação com o acesso ao ensino superior, bem como as linhas gerais do sistema de acesso ao superior em 2000. Em 1999, inscreveram-se nos exames nacionais um total de cerca de 287 mil alunos.

Na primeira fase inscreveram-se cerca de 167 mil alunos, com a idade média de 19 anos, e as médias de classificações dos alunos internos variou entre 7,1 valores a Matemática e 12,3 a Filosofia.

De acordo com uma análise global dos resultados dos exames da primeira fase de 1999, elaborada pelo Ministério da Educação, conclui-se que o desempenho dos alunos externos e auto-propostos baixou a média das classificações.

Mais de 50 mil estudantes candidataram-se ao ensino superior, dos quais 36 782 conseguiram ingressar, o que representou uma diminuição de três por cento relativamente a 1998.

Mas, 59 por cento dos estudantes foi colocado no curso/estabelecimento de ensino que escolheu em primeiro lugar, o que significou um acréscimo de oito por cento relativamente a 1998.

FORMAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS COM 270 MIL CONTOS

O Governo Regional dos Açores anunciou, no passado dia 2, em Angra do Heroísmo, um investimento de 270 mil contos (1,3 milhões de euros) na realização, este ano, de 94 cursos destinados aos funcionários e agentes da administração pública e autárquica.

O secretário regional adjunto da Presidência para a Administração Pública, Francisco Coelho, sustentou que o objectivo é dotar mais dois mil funcionários de conhecimentos adequados para uma melhoria da qualidade no serviço de atendimento aos cidadãos.

O Executivo açoriano espera também



investir cerca de 30 mil contos (150 mil euros) em acções de formação em oito ilhas do arquipélago destinadas a funcionários e agentes das Juntas de Freguesia, direccionadas para o Plano Oficial de Contabilidade Local (POCAL).

Este mês inicia-se um curso de sete módulos para cem funcionários municipais nos concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Povoação e Horta.

Francisco Coelho sublinhou que, para além deste «catálogo de cursos», é também possível organizar acções de formação específicas que os organismos oficiais apontem como fundamentais para melhorar o seu funcionamento.

O governante regional referiu, ao exemplificar, que no ano passado, e por solicitação dos responsáveis do sector da Saúde, foram organizadas diversas acções.

Estão previstas, de acordo com o planeamento governamental, acções de formação em Informática, Arquivo, Documentação, Pessoal, Relações Interpessoais, Gestão, Planeamento, Pedagogia e Contabilidade.

Os cursos abrangem ainda acções específicas para as chefias administrativas, dirigentes e quadros superiores, incluindo a formação para licenciados em estágios.



Abrantes

Quartos-de-final da Taça do Ribatejo

A Câmara Municipal de Abrantes aprovou no dia 24 de Fevereiro uma proposta do presidente em relação à existência de duas equipas do concelho de Abrantes nos quartos-de-final da Taça do Ribatejo: o Abrantes Futebol Clube e o Tramagal Sport União.



A autarquia vai colocar à disposição destes clubes um autocarro para que os apoiantes de cada um dos clubes se possam deslocar a Rio Maior e a Benavente, aquando da disputa dos quartos-de-final.

Albufeira

Câmara investe 1,8 milhões de contos em saneamento

A Câmara Municipal de Albufeira vai investir cerca de 1,8 milhões de contos em obras de saneamento básico no concelho, entre elas o sistema elevatório da Balaia.



Além daquela obra, o actual pacote de empreitadas de saneamento prevê ainda a remodelação das estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's) de Vale Faro e de Ferreiras.

As obras, que se integram no âmbito da drenagem e tratamento de esgotos do Barlavento algarvio, são co-financiadas

pelo Fundo de Coesão.

Ainda em Albufeira, a autarquia vai disponibilizar cerca de 360 contos para o projecto «Expressão e Educação Musical no 1º Ciclo do Ensino Básico» na escola dos Califos.

O projecto, que visa possibilitar um maior desenvolvimento das capacidades dos alunos numa área que ainda apresenta algumas carências, resulta de um protocolo existente entre a Direcção Regional de Educação do Algarve e a Câmara Municipal de Albufeira.

Amarante

Câmara promove curso de nadador-salvador

A Câmara de Amarante prepara já a próxima época estival. Nesse sentido, o município de Amarante vai promover um curso de nadador-salvador que irá decorrer entre os dias 10 de Abril e 11 de Maio.



O curso será ministrado por técnicos do Instituto de Socorros a Náufragos, nas instalações das piscinas municipais, de segunda a sexta-feira, num horário pós-laboral (entre as 18 e as 21 horas).

O número de formandos aceites para a frequência do curso é de 25, devendo os interessados fazer a respectiva inscrição junto do gabinete do vereador da Protecção Civil até ao próximo dia 5 de Abril.

O preço da inscrição é de 5600 escudos.

Cabeceiras de Basto

IV Festa da Orelheira e do Fumeiro

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto e da Cooperativa Rural Basto, decorreu de 25 a 28 de Fevereiro a IV Festa da Orelheira e do Fumeiro, uma iniciativa que registou uma forte afluência de visitantes.

Milhares de forasteiros amantes da gastronomia e da boa tradição visitaram a IV Festa da Orelheira e do Fumeiro, um certame com produtos genuínos e de qualidade.

A animar a festa estiveram presentes vários grupos que deixaram as notas mais importantes do folclore e da etnografia

regional, além dos dois concursos de máscaras e um encontro de tocadores de concertinas.

Cascais

Centenas de veículos recolhidos das ruas

O município de Cascais retirou das ruas do concelho, durante o ano de 1999, 395 veículos abandonados, dando origem ao aparecimento de novos locais de estacionamento e ao ordenamento da circulação rodoviária.



A autarquia de Cascais possui uma linha telefónica, a funcionar 24 horas por dia, para recolha de veículos abandonados, com o número 214582712, destinado às pessoas interessadas em se desfazerem dos seus veículos e para onde se deverá informar da existência de automóveis abandonados na via pública. De salientar que este processo de recolha de viaturas da via pública conta com a participação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos.

Lisboa

Meio milhão para reabilitação urbana na zona do Castelo

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai avançar com uma nova empreitada de reabilitação de edifícios na Freguesia do Castelo, no valor de mais de 553.600 contos (2,768 milhões de euros).

A adjudicação da empreitada de reabilitação de vários edifícios na Rua de Santa Cruz, Largo de Santa Cruz, Rua do Recolhimento e Beco do Leão, na Freguesia do Castelo, com prazo de execução de 50 semanas, foi um dos pontos da agenda de trabalhos de uma reunião da CML.

O documento propõe que a empreitada seja adjudicada a um consórcio liderado pela Edifer.

A proposta de adjudicação inclui a repartição de encargos pelos anos de 2000 (205.260 contos) e 2001 (o valor restante, mais de 348.348 contos).

Na agenda da próxima reunião da CML

consta também uma proposta de adjudicação à empresa Obrecol, pelo valor de 206.451 contos (1,032 milhões de Euros), acrescidos de IVA, da empreitada de conclusão do Centro de Dia e de Actividades de Tempos Livres (ATL) do Bairro da Boavista.



A proposta é da autoria da vereadora do pelouro de Acção Social, Maria Calado. A adjudicação é feita por ajuste directo, com base em pareceres favoráveis da comissão de análise das propostas e dos departamentos municipais competentes. O ajuste directo, após consulta a oito empresas, foi autorizado pela CML em 31 de Março de 1999.

O empreiteiro tem de concluir o empreendimento destinado a apoiar idosos, crianças e pré-adolescentes do bairro, no prazo de 250 dias.

Segundo a proposta, os custos são repartidos pelos anos de 2000 (99.750 contos, mais IVA) e 2001, ano em que o empreendimento ficará concluído e a CML pagará a parte restante.

Num outro documento, Maria Calado propõe à CML a repartição de encargos pelos anos de 2000 e 2001 da empreitada de construção de equipamento social no bairro dos Lóios, já adjudicado ao agrupamento Dolmen e IEC, pelo valor de 183.582 contos (917.910 euros), acrescidos de IVA.

Este empreendimento, que vai receber o investimento de 126 mil contos este ano e o restante em 2001, tem uma fase de execução de 300 dias.

Povoação

Lúcia Moniz e Quinta do Bill nas festas de Verão

Lúcia Moniz, Santamaria, Quinta do Bill e Starlight são alguns dos artistas já confirmados no programa de animação turística do concelho da Povoação.

De 8 a 15 de Julho decorre a Semana do Chicharro da Ribeira Quente, uma iniciativa promovida pela Câmara da Povoação, pela Maré Viva e pela Junta de Freguesia, onde se aguarda um grande fluxo de turistas do Canadá e Estados Unidos, devido também à cerimónia de inauguração do Porto de Pesca, prevista para 12 de Julho.

PS EM MOVIMENTO

COIMBRA

Conferência de Imprensa

Os deputados socialistas eleitos pelo Círculo de Coimbra consideraram no dia 28 de Fevereiro que as verbas do PIDDAC para o distrito registaram uma taxa de crescimento real de 173,4 por cento desde 1995.

«Com os governos do PS, tem havido mais atenção à cidade de Coimbra e ao distrito», afirmou o deputado João Rui Almeida, numa conferência de Imprensa em que participaram os colegas de bancada Ricardo Castanheira, Maria do Céu Lourenço e Teresa Coimbra.

Rui Almeida refutou críticas de responsáveis locais do PSD aos montantes disponibilizados para Coimbra no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), já consignados para este ano com a aprovação do Orçamento de Estado na generalidade.



O melhor PIDDAC de sempre

«Este é o melhor PIDDAC de sempre para o distrito de Coimbra», disse, rejeitando o que considera ser «falta de humildade democrática do PSD em reconhecer» esse facto.

Em 1995, recorda um documento do Grupo Parlamentar do PS distribuído aos jornalistas, o PIDDAC para Coimbra pouco ultrapassou os 13 milhões de contos, em 1999 rondou os 31,6 milhões, subindo em 2000 para mais de 40 milhões.

Para cada um desses anos, os montantes «per capita» foram de 30,4, 73,6 e 95,2 contos, respectivamente.

Investimentos triplicaram

«Os investimentos do PIDDAC no distrito de Coimbra triplicaram com os governos do PS entre 1995 e 2000», refere o documento, realçando ainda que se regista este ano um aumento de 28,1 por cento em relação a 1999.

Estão consagrados 66 investimentos e rubricas superiores a 100mil contos. Nove deles correspondem a verbas que ultrapassam um milhão de contos: EN 341 (Arzila-Taveiro) - 1.325.175; Ponte Europa (Coimbra, sobre o Rio Mondego) - 1.945.619; Porto da Figueira da Foz - 1.540.000; EN 342 (variante Miranda do Corvo-Lousã) - 1.118.701; modernização da indústria têxtil - 1.052.880; modernização da Linha do Norte - 5.598.000; medidas de acompanhamento agro-ambientais - 1.330.992; Programa Operacional de Economia - 1.782.466; e Programa Operacional Ciência - 2.338.913.

ÉVORA

PS contra aterro

A Comissão Política Concelhia de Évora do PS contestou no dia 28 de Fevereiro o local escolhido para a instalação do aterro sanitário distrital, alegando ser prejudicial para a população por se situar «apenas a seis quilómetros da Praça do Giraldo».

A posição dos socialistas foi divulgada em conferência de Imprensa realizada na Herdade da Alfarrobeira, freguesia de Nossa Senhora da Tourega, local previsto para a construção do aterro sanitário, um projecto a cargo da Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE).

Embora defendendo a necessidade de construção de um aterro, os socialistas criticam a localização escolhida, alegando os problemas relacionados com os odores, a proximidade da cidade e de bairros limítrofes, questões ambientais e a qualidade de vida da população.

Critérios exclusivamente economicistas

O presidente da Concelhia do PS, camarada Domingos Cordeiro, argumentou que o local «nem sequer foi a primeira alternativa hierarquizada pela equipa técnica responsável pelo estudo de localização do aterro».

«Por critérios exclusivamente economicistas e em completo desrespeito pelas populações locais, a AMDE, com a conivência dos vereadores do PCP na Câmara de Évora, pretende instalar o aterro precisamente onde os técnicos dizem existir maiores problemas em termos de odores», disse.

O camarada Domingos Cordeiro sublinhou que os promotores do projecto «demonstram preferir poupar alguns tostões mesmo pondo em causa a qualidade de vida da população do concelho».

O vereador da Câmara de Évora José Ernesto Oliveira (PS) reiterou a necessidade de construção urgente do aterro sanitário, mas também se opôs à localização escolhida,

preconizando que a infra-estrutura deve ser instalada noutra local, «em respeito pelo ambiente e qualidade de vida das populações», frisou.

Melhores alternativas

As críticas à localização do aterro partiram recentemente do presidente da Junta de Freguesia de Tourega, João José Valverde (PS), que no dia 28 voltou a apontar «melhores alternativas», que podem mesmo envolver a área da sua freguesia.

O encontro com os jornalistas decorreu na bermã da estrada Évora-Alcaçovas, onde num cartaz colocado no local pela junta de freguesia podia ler-se: «Aterro na Freguesia da Tourega sim. Neste local não. Há melhores alternativas para a freguesia da Tourega.» O aterro sanitário está integrado no sistema de tratamento de resíduos sólidos do distrito, que inclui também quatro estações de transferência: Montemor-O-Novo, Borba, Reguengos de Monsaraz e entre Mora e Arraiolos.

O sistema abrange 12 dos 14 municípios do distrito, uma vez que os outros dois - Portel e Viana do Alentejo - aderiram ao projecto desenvolvido em conjunto com os concelhos limítrofes de Cuba, Alvíto e Vidigueira.

PONTA DELGADA

PS crítica Câmara

Os representantes do PS na Assembleia Municipal de Ponta Delgada acusaram no dia 28 de Fevereiro o presidente do município de violar a lei ao recusar a auscultação dos sindicatos sobre a alteração do quadro e orgânica dos serviços camarários.

Em conferência de Imprensa, os autarcas socialistas argumentaram tratar-se de uma postura «arrogante e autoritária, que nada augura de bom quanto ao tipo de relacionamento que importa estabelecer com os parceiros sociais».

De acordo com os representantes socialistas na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, para o presidente da Câmara de Ponta Delgada e líder do PSD-Açores, Manuel Arruda, o «diálogo e a concertação não são uma forma de estar na política, mas apenas um instrumento de obscuras manobras partidárias».

Criticaram também Manuel Arruda por alegadamente ter impedido o vereador do PS José San-Bento de responder a uma questão no âmbito da proposta de alteração do quadro e orgânica dos serviços da Câmara de Ponta Delgada.

Os autarcas socialistas manifestaram-se, por isso, «preocupados» com a «falta de democraticidade» da Câmara e «desprezo» pelos eleitores que deram o mandato a José San-Bento.

PORTO

PS comemora Dia da Mulher

Ontem, dia 8, de manhã, as Mulheres Socialistas do Porto assinalaram o Dia Internacional da Mulher com a distribuição de rosas pela Baixa portuense, junto ao café Majestic. Este gesto simbólico com que as Mulheres Socialistas assinalaram esta efeméride foi muito bem recebido pela população feminina. Tratou-se de uma iniciativa muito oportuna.

PORTUGAL SOCIALISTA



25 anos
depois
de Abril
As pessoas
em primeiro
lugar

NAS BANCAS

Próxima Edição
SOCIALISTAS NO MUNDO

CONGRESSO LARANJA

Edite Estrela

PSD: E TUDO FICOU NA MESMA



No seu livro *O Leopardo*, Tomasi di Lampedusa coloca na boca das personagens Tancredo e Don Fabrizio, em diferentes momentos e contextos, a afirmação: «É preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma».

Percebendo que sopravam fortes ventos de mudança, o jovem e ambicioso Tancredo, com a capacidade de adaptação daqueles que, incapazes de vencer o adversário se tornam seus aliados, justifica a Don Fabrizio, seu tio, porque mudou, argumentando que «é preciso mudar um pouco para ficar tudo na mesma». Mudança tática, por oportunismo e não por convicção. Mais tarde, o tio vai reproduzir a alegação, mas com o desencanto de quem reconhece que é mesmo assim que as coisas se passam e que de nada vale remar contra a maré.

A máxima de Lampedusa assenta que nem uma luva aos resultados do congresso do PSD. É preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma, o que, adaptado ao caso, significa dizer «fez-se um congresso e tudo ficou na mesma». E este «na mesma» não se refere apenas ao líder e seus conselheiros. Parece óbvio que a instabilidade interna, com inevitáveis reflexos na sociedade e na vida política portuguesa, vai continuar. A ser assim, «na mesma» quer dizer pior.

Os congressistas e especialmente os três candidatos à liderança discutiram os problemas internos, mas não os



resolveram. E, quanto ao país, nem uma referência digna de registo. Daí o despropósito do slogan «Portugal está primeiro». Faz lembrar as epígrafes de alguns textos, usadas porque é de bom tom e revelam leitura actualizada, mas que não ligam com o texto que encabeçam. Para portugueses ver nas televisões era politicamente correcto proclamar a primazia do país, colocando-o acima das tricas partidárias. Mas, infelizmente, pelas práticas e pelos discursos verificou-se que a bota não batia com a perdigota, porque os problemas dos portugueses foram

esquecidos e o país foi o grande ausente. Viu-se o «slogan», mas não se ouviu uma preocupação, uma proposta, uma ideia com interesse para o futuro de Portugal. Antes do congresso, o partido estava enquistado e numa deriva autofágica. O discurso do líder que deveria diluir as tensões acumuladas acabou por acicatar os ânimos e aumentar as divisões. Em vez de praticar a tolerância nas palavras e nas atitudes e assim promover a união, preparando o dia seguinte, o comportamento e o registo adoptados revelaram a enorme incompetência política

do dr. Durão Barroso, quer como líder partidário quer como potencial candidato a primeiro-ministro. O partido saiu mais crispado e dividido do que entrara. O que é mau para o Governo e para o país.

Sem alternativa credível, o Governo pode tender para a auto-satisfação ou para a acomodação. Ora, o fraccionamento e desorientação do maior partido da oposição aumenta as responsabilidades do partido do Governo, para mais minoritário, a quem falta um interlocutor responsável e com sentido de Estado para estabelecer os indispensáveis consensos à modernização e desenvolvimento do país. Por outro lado, se o confronto de ideias, a oposição às opções tomadas e a fiscalização da acção governativa não ocorrer na sede própria que é o parlamento, a conflitualidade tenderá a transformar-se em agitação de rua e gritaria sem regras nem controlo, com incalculáveis prejuízos para as instituições democráticas e para o próprio regime.

Ao contrário do que aconteceu antes e depois do congresso de Coimbra, as expectativas em relação à liderança e ao desempenho político do dr. Durão Barroso são actualmente muito baixas. O que pode ser bom para ele, porque será certamente avaliado com maior benevolência, mas para mais ninguém.

O país precisa tanto de um governo dinâmico, competente e criativo como de uma oposição forte, responsável e credível.

In «Expresso»

SAÚDE

Jorge Santos*

CONTRA A INTOXICAÇÃO POLÍTICA



Muitas vezes alguns «fazedores de opinião» mais ou menos notáveis são capazes de fazer vencer, como verdade absoluta, opiniões demasiado subjectivas e passageiras. Daí até muitas pessoas, senão a maioria, aceitarem como incontestável aquilo que é apenas um juízo pessoal vai apenas um passo, se calhar muito curto.

É o que se verifica quanto à imagem criada à nossa camarada (militante do PS) Maria de Belém Riseira, ex-ministra da Saúde e actual ministra para a Igualdade.

Uma campanha de autêntica intoxicação política e de enxovalho pessoal foi erguida contra essa socialista, sendo que, por distração óbvia, o próprio PS não soube contrariá-la a tempo e horas. Porque se tratou de intoxicação mesmo e de uma campanha orquestrada, vale a pena resumir os seus aspectos essenciais, os que afinal foram deixados transparecer (e prevalecer) como realidades inatacáveis. A camarada Maria de Belém Roseira teria



feito «nada» durante o seu período de governação no Ministério da Saúde. Teria cedido a todos os «lobbies» e deixado avolumar significativamente o descalabro financeiro do seu ministério.

A camarada Maria de Belém Roseira teria aceite, no actual Governo socialista, um pelouro vazio, sem significado real e sem competências, só para continuar no Executivo.

Vamos por partes. Não é verdade que na saúde nada tenha mexido. Haverá assim tão pouca memória? Uma estratégia clara foi tornada evidente e conduziu a acção. A concretização do médico de família, a moralização dos serviços e o ataque a situações pouco claras em organismos, da saúde (como sucedeu no Norte!) em defesa do Estado de Direito, a generalização do apoio domiciliário, o cartão do utente da saúde, a instituição da regra dos vencimentos dos médicos de acordo com a produtividade concretizada, a informatização e modernização dos serviços, tudo isso não conta paea nada?

— Alias, não será por acaso que Maria de Belém foi eleita, por unanimidade, presidente da assembleia da Organização Mundial de Saúde!

E, não sendo a saúde a máxima prioridade do primeiro Governo de António Guterres, como é possível peddoalizar os ataques apenas na titular dessa pasta?

Quanto às questões financeiras, a sua resolução não é fácil nem estas questões se resolverão em quatro anos apenas! Ministério da Igualdade — heverá quem afirme que não há desigualdade em Portugal? Entre sexos, entre minorias étnicas, etc. A acção de um Governo socialista estaria completa sem um departamento governamental para coordenar e incentivar o trabalho em prol de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais aberta? E não existe em todos ou quase todos os governos europeus um ministério requivalente? Não nos deixemos intoxicar tão facilmente!

*Comissão Política PS/Gondomar



UE E DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA

Durante o último plenário do Parlamento Europeu, reunido em Estrasburgo, em que a Comissão, presidida por Romano Prodi, apresentou os «objectivos estratégicos para o quinquénio e o programa anual» vieram ao de cima, mais uma vez, as questões que mais preocupam a União. Ou seja: a questão do alargamento, calendário e pré-qualificação, com as pressões que cada país candidato exerce sobre os Quinze, em função da respectiva preparação para a integração plena; o ritmo e o conteúdo dos trabalhos da Comissão Intergovernamental (CIG), encarregada de fazer a reforma das instituições comunitárias - reforma que deve preceder o alargamento por lhe ser, obviamente, prévia - embora se tenha convenido que só será concluída no final da presidência francesa (Dezembro do ano 2000); a política de afirmação externa da União e a identidade europeia de segurança e defesa; e, finalmente, os progressos realizados na construção do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, nomeadamente no que se refere: às relações inter-institucionais; às políticas de imigração, de asilo e de livre circulação das pessoas; ao espaço judicial europeu; e à prevenção da luta contra a criminalidade.

Quanto às iniciativas próprias da presidência portuguesa, que suscitam inegável interesse, talvez um tanto mesclado de cepticismo, foram referidas mas ainda não, propriamente, abordadas. São elas, como se sabe: o Conselho de Ministros Extraordinário (a realizar em Março) sobre o «emprego, reformas económicas e coesão social - para uma Europa da inovação e do conhecimento» cujo texto de base, de grande rigor, tem efectivamente propostas interessantes (veremos qual a sua exequibilidade prática); e a Cimeira entre a União Europeia e África, que se realizará, finalmente, no Cairo, não obstante algumas previsões pessimistas a terem dado como adiada «sine die», mas cuja temática e conteúdo concreto parece estar ainda no segredo dos deuses...

O Plenário discutiu ainda alguns temas menos exaltantes, como: a necessidade de proteger o euro contra as falsificações; os aditivos na alimentação para animais: cuidado com os OGM (organismos geneticamente manipulados); a política inter-regional; a modernização da protecção social na Europa; a política da água na UE (tema de enorme relevância e que deu lugar à aprovação de uma razoável resolução); o programa Life; o reforço da cooperação judiciária em matéria penal; a assembleia paritária ACP/UE (onde se previu a participação de Timor-Leste na Convenção de Lomé que, aliás, em Maio próximo, será substituída pelo Partenariado para o Desenvolvimento); e, finalmente, a estratégia de pré-adesão para Chipre e



Malta. Não se pode dizer que o pobre do deputado europeu, às vezes incompreendido e caluniado, não tenha trabalho de casa a preparar, dadas as avalanches de informação que recebe, se quiser manter-se minimamente a par do que todas as semanas se vai discutindo e resolvendo...

Nas sessões em apreço - onde estiveram, em representação do Governo português, os secretários de Estado Seixas da Costa e Luís Amado, para responder a perguntas -, foi recebido, com as honras que lhe são devidas, o Presidente da República checa, Vaclav Havel. Produziu, aliás, um discurso significativo, de um europeísmo impressionante, que foi longamente aplaudido de pé pelo Plenário. Parece ser necessário não ter ainda entrado na União Europeia para manifestar tanto entusiasmo e confiança no futuro da Comunidade, como União Política, Social e Cultural e como espaço de verdadeira solidariedade...

Ainda na sessão do Plenário de Estrasburgo, no último dia, discutiu-se o problema dos direitos humanos, questão sempre actual e sensível, uma vez que a União tem em elaboração uma Carta dos Direitos Fundamentais. Os temas propostos foram: a violência interétnica em Mitrovica e a situação dos prisioneiros albaneses na Sérvia; a liberdade de imprensa em Angola; a questão do povo indígena nos Estados Unidos; o caso do jornalista Andrei Babitsky; e, finalmente, a situação no Camboja.

insuficiente, e disseram-no alto e bom som, dada a situação absolutamente trágica em que se encontra Angola, ou melhor: o povo mártir de Angola - independentemente das responsabilidades criminais dos senhores da guerra, seja de que lado se situem. Isso, de resto, é, de momento, o que menos importa apurar.

É urgente, isso sim, acudir aos sofrimentos inacreditáveis das populações angolanas, com tantos mortos, feridos, estropiados, desalojados à força das suas terras, que passam fome, que morrem de fome, carentes de medicamentos, de serviços de saúde e de roupas e que se vai concentrando, como pode, em condições de penúria incríveis, nas poucas cidades ainda não atingidas pela guerra. Tudo isto perante a insensibilidade chocante e criminosos dos dirigentes. De ambos os lados, repito. O que é urgente, urgentíssimo, é fazer chegar o auxílio a essas populações, pelo estabelecimento de corredores humanitários, que funcionem sem intercepções, desvios ou roubos - como reclamou o presidente da Conferência Episcopal, D. Zacarias Kamuenho, em entrevista recente publicada na imprensa portuguesa.

Angola, infelizmente, não pode ser considerada um Estado de Direito. Não há nem pode haver eleições: as últimas, incompletas, ocorreram em 1992. O Orçamento de Estado não inclui as receitas reais do petróleo e dos diamantes - ou diminui-as, substancialmente - para poderem ser utilizadas, a seu bel-prazer e sem qualquer controlo, pelos dirigentes, de um lado e de outro, visto constituírem o nervo essencial da guerra. Imagina-se a que excessos de corrupção tal sistema dá lugar, que já foi, aliás, denunciado pela Global Witness.

Em tais condições, à comunidade europeia só resta, se quiser ser eficaz, forçar a abertura de negociações, conducentes ao desarmamento e à paz, a uma paz fiscalizada. Contudo, há demasiados interesses em jogo, mesmo ao nível das grandes potências. É isso que força ao silêncio - um silêncio cúmplice e inaceitável.

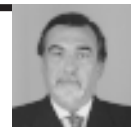
Acrescente-se a este quadro medonho, o facto de se estar a assistir, com as últimas ofensivas, à transformação de uma guerra clássica de posições para uma guerrilha generalizada. É ao entrosamento e alastramento da guerra à África Austral - envolvendo já os dois Congos, a Namíbia, a Zâmbia e, porventura, o Zimbábue.

Que fazer? Persistir na exigência da paz e na necessidade da reconciliação nacional, pressionando através dos meios que a comunidade internacional tem à sua disposição e que são consideráveis. Assim os queira e saiba utilizar. Porque está a surgir uma nova geração de angolanos, corajosos e lúcidos, que recusa tomar partido entre os senhores da guerra e reclama tão-só a paz.

In «Expresso»

ECONOMIA

Vitor Ramalho*



INOVAÇÃO E QUALIDADE BATALHAS PELO FUTURO

Como é sabido, o Programa do Governo, apresentado após as eleições legislativas de Outubro de 1995, teve como elemento essencial de acção a salvaguarda e o desenvolvimento de mecanismos que nos conduziram à participação no núcleo de países fundadores da zona Euro. Tratava-se, então, de cumprir e fazer cumprir os exigentes critérios de convergência nominal, o que parecia tarefa de impossível ou, no mínimo, de difícil concretização, tendo em atenção a situação existente e detectada em Outubro de 1995.

É útil, a propósito, recordar que alguns indicadores de natureza social evidenciavam desajustamentos sérios que se vinham agravando, desde 1991, traduzíveis no crescimento dos salários em atraso, no endividamento em exponencial à segurança social e num vasto número de empresas em situação económica difícil.

Erguendo-se, como se ergueu, a nossa participação no euro como desígnio nacional, foram sobretudo as políticas macroeconómicas que prevaleceram, como não poderia deixar de suceder.

Hoje, parece resultar claro que, com a esperança reaberta, em Outubro de 1995, foi possível não só concretizar o objectivo de fazer o país participar no núcleo de países fundadores do Euro como fazer crescer o investimento, de todas as origens, público e privado, com significativo aumento dos encargos sociais suportados pelo Orçamento. Noutro plano, foi concedida uma atenção redobrada e uma vigilância constante à viabilização das empresas em dificuldade.

Neste domínio registaram-se, no conjunto do Sistema de Garantias de Estado a Empréstimos Bancários e do Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, cerca de 45 intervenções em empresas em situação economicamente difícil, salvaguardando-se mais de três mil postos de trabalho directos. As regiões onde

prevalecentemente se actuou, numa lógica que persiste, desde a Marinha Grande, passando por Setúbal, a toda a região envolvente da corda da serra da Estrela, entre outras, permite-nos constatar que a esperança recriada gerou estabilidade e esta potenciou o investimento, reforçando a internacionalização da nossa economia.

Em nenhuma circunstância - é útil recordar - a concretização de mecanismos tendentes a essas viabilizações foi concretizada fora da directa participação dos trabalhadores e dos seus sindicatos representativos, em diálogo aprofundado e acompanhado, desde a primeira hora. Seja como for, este apelo à memória serve, apenas e tão somente, para precisarmos que, com a nossa entrada no espaço da zona Euro, deixámos de poder utilizar muitos dos instrumentos de natureza



macroeconómica que anteriormente eram possíveis de serem utilizados.

Estamos também, em consequência disso, perante um novo ciclo económico em que os poderes públicos não podem deixar de conceder uma maior atenção à microeconomia, respondendo às exigências, de tipo novo, que se nos deparam.

A priorização da inovação e da qualidade como elementos decisivamente indutores do reforço da competitividade e da modernização da nossa economia integram-se, por isso, numa batalha que tem de ser ganha e, como tal, apreendida agora como um desígnio colectivo a prosseguir por todos os agentes económicos e sociais.

Daí o reforço que o Programa Operacional do Ministério da Economia apresenta, neste domínio, para o período de 2000 a 2006. A este nível, não é por isso também estranho o facto da próxima Cimeira da UE, a realizar em Março do ano em curso, sobre a presidência portuguesa, associar preocupações da defesa do emprego com o aprofundamento da sociedade de informação, do conhecimento e da inovação.

Naturalmente que, para a prossecução deste objectivo de valorizar a inovação e qualidade, há uma questão prévia de método. Esta questão prévia, no que diz respeito ao Ministério da Economia, tem a ver, antes de mais, com a necessidade de se reforçar a credibilização de todas as instituições e estruturas públicas estatutariamente vocacionadas para aqueles objectivos, bem como dos que salvaguardam os direitos privatísticos da propriedade que resultam da inovação.

Por essa razão, sem quebra da especificidade própria dos vários institutos que prosseguem estes objectivos, no caso do INETI-Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, o IPQ-Instituto Português da Qualidade, o INPI-Instituto Nacional da Propriedade Industrial e os vários Centros Tecnológicos, foram já encetadas acções que vão conduzir a que todos estes institutos e centros se articulem racionalmente em rede e, sempre que exista uma representação diversificada de instituições dos poderes públicos neles, que ela seja feita a uma só voz.

Trata-se, assim, de tornar o sistema de inovação e da qualidade mais eficaz, voltado determinantemente para o tecido

económico, e neste, para as empresas, induzindo à crescente sensibilização do desafio que temos de, colectivamente, prosseguir, valorizando, pela inovação, os processos, os bens, os serviços, suportados por crescentes critérios de qualidade e da afirmação de bem fazer.

Daí também a importância de alargar o acolhimento do «campus» do INETI a departamentos que interagem com as infra-estruturas tecnológicas e induzem à modernização industrial, como é o caso da Direcção-geral da indústria.

Esta articulação é o meio privilegiado de fazer convergir sinergias, suportando uma lógica coerente de intervenção do Programa Operacional do Ministério da Economia.

A importância deste desígnio resulta da mera observação da realidade. Nas nossas opções do quotidiano, agindo como consumidores, a preferência de produtos ou serviços que seleccionamos têm subjacente, hoje, regra geral e de forma crescente, a novidade e a qualidade, que são mais-valias competitivas.

E se assim é, a generalização da abertura dos mercados não pode permitir que deixemos de responder a este desafio, que se coloca, por isso, no âmbito da competitividade.

Numa lógica geral, estes objectivos não se alcançam, porém, por passes de mágica. Os poderes públicos e, em concreto, os organismos vocacionados para o incremento desta sensibilização generalizada dos agentes económicos produtores de bens ou serviços têm uma responsabilidade essencial, sabendo-se, como se sabe, que o nosso tecido empresarial é esmagadoramente constituído por pequenas e médias empresas, com sérias limitações à inovação.

Por isso mesmo, o desafio é, sobretudo, aliciente para todos aqueles que desenvolvem as suas actividades profissionais naqueles organismos públicos que, estatutariamente, prosseguem objectivos de valorização da inovação e da qualidade.

Naturalmente alguns destes organismos têm vivido sob limitações conjunturais, algumas delas de natureza orçamental. Sem cuidar agora das razões que determinaram essas limitações, mas que será útil oportunamente esclarecer, elas estão em vias de ser, em absoluto, ultrapassadas.

Saibamos, por isso, todos sem excepção, preservar a essência da estratégia, recriar a esperança e responder, com novo ânimo, aos novos desafios deste novo ciclo económico, valorizando a inovação e a qualidade.

É um desafio que vale a pena pelo futuro.

*Secretário de Estado-adjunto do ministro da Economia
In «Expresso»

XENOFOBIA

Pedro Bacelar de Vasconcelos*

IMPRESSÕES DE VIAGEM



Se bem que nada seja mais ingénua ou indigente que pretender tomar o pulso de um país pela opinião casual de um motorista de táxi, desapareci, no desembarque, sem cerimónias nem apresentação prévia: «O que acha da posição da Europa sobre a aliança com o partido de Haider?»

No interior do carro, a penumbra não permitiu determinar precisamente qual o dedo que esticou na direcção do tejadilho. Mas, num inglês rudimentar, desfez equívocos: «Portugal e Israel que se f...». Deixei discorrer o desabafo e rematei, apresentando-me: «Sou português!». E logo a gentil compostura vienense se refez, em desconfortáveis desculpas cordialmente aceites: «Ninguém exige à Áustria o que não pode... mas não devemos calar o que temos a dizer».

Algumas horas antes, em Bruxelas, o ambiente era outro. A Áustria abateu-se com um silêncio de chumbo sobre os trabalhos da nável Convenção encarregada de projectar - nada mais a propósito - uma Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Nos corredores, era sensível o desconforto de quem tem de gerir protocolos e cronometrar agendas. Mas, sobretudo, um genuíno entusiasmo saudava a declaração firme dos catorze como um promissor indício: «É o regresso da política!».

Por inverosímil coincidência, a reunião do

Conselho de Administração do Observatório Europeu do Racismo, da Xenofobia e Anti-Semitismo reunia por esses dias - a única instituição europeia sediada na Áustria tinha convocado para Viena os seus administradores, que representam os quinze Estados membros, a Comissão, o Parlamento e o Conselho da Europa... Não faltou nenhum. E foi por unanimidade que um colégio tão prudente, institucional e heterogéneo entendeu assumir, publicamente, uma posição que começa por invocar «a histórica declaração de princípios» que o primeiro-ministro de Portugal pronunciou em nome dos catorze Estados da União, com as sanções inerentes. E sublinha a grave responsabilidade que recai sobre os partidos políticos democráticos de recusar quaisquer concessões aos que fomentam a intolerância e o preconceito.

É natural que os austríacos se dividam perante tão severas condenações internacionais e até inevitável que, momentaneamente, o nacionalismo se empertigue e reaja com redobrada insolência. Mas seria absurdo que a deferência por obscuros sentimentos patrióticos calasse a reiteração explícita dos valores fundamentais da democracia e dos princípios que a regulam e lhe dão sentido, como a tolerância, a não-discriminação, o respeito pela diversidade, bases constitutivas do Estado de Direito e da própria ideia da

construção da Europa. Além disso, recorde-se, não foi por imposição da vontade do povo que o partido de Haider foi para o governo. Nem sequer numa versão simplista que reduzisse os delicados processos de construção da vontade democrática à soma aritmética das preferências daqueles eleitores que, num quadro de opções pré-definidas, decidiram votar...

Não! O que permitiu ao fantoche Haider nomear cinco ministros para este governo foi a descarada manipulação do sistema representativo ao serviço de interesses parasitários que se apropriaram do Estado, da administração, dos instrumentos públicos de regulação social e dele não querem largar mão. Num país com uma economia forte, onde o desemprego se situa a níveis relativamente modestos e a imigração faz parte da tradição cosmopolita de Viena, não é fácil compreender a expressão enfática das pulsões xenófobas. Mas onde se poderá encontrar um princípio de interpretação é no volume da dívida pública - a maior entre os quinze da União Europeia... - e nas condições de acesso e controlo da gestão desse «capital». O que carece de séria reflexão é compreender que o pluralismo político de nada serve se ficar confinado ao ciclo vicioso de uma alternância que drasticamente limita a possibilidade de representação democrática àquelas que dela, «definitivamente», se apropriaram.

O que finalmente nos remete para o papel, ainda insubstituível, dos partidos políticos e para os limites absolutos do uso da demagogia, tão tentadora sob o império dos media. É que cabe aos partidos exprimir as constelações de valores, os conflitos e interesses da sociedade civil. E também certificar a autenticidade da representação popular. Quando falham, porém, é para as nebulosas periféricas do sistema político, sob quaisquer bandeiras ou ideologias expedidas, que o descontentamento se encaminha, as mudanças se afunilam e a confiança se perde. Na véspera da tomada de posse do governo, Jean Kahn, judeu, presidente do Observatório, foi recebido pelo iníquo chanceler. Incrédulos, ficamos a saber que os compromissos solenes inscritos na Carta Europeia dos Partidos Políticos Democráticos, pela primeira vez, selavam uma coligação de governo!

Mas não é de excluir que por esconços atalhos e subtis mecanismos, esta ferida reaberta na boa consciência austríaca - hipocritamente poupada à expiação de vergonhosas culpabilidades com os horrores nazis - venha paradoxalmente permitir o reencontro deste velho império de fronteira com a sua vocação universal.

*Membro do Conselho de Administração do Observatório Europeu do Racismo, Xenofobia e Anti-Semitismo e vice-presidente da Convenção para a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
In «Público»

UE

Paulo Pisco*

A EXTREMA-DIREITA E A IMIGRAÇÃO



Aquilo que eram reacções avulsas a notícias sobre o crescimento da extrema-direita na Europa tornouse de repente um sinal de alarme preocupante. O que se passa actualmente na Áustria é a parte mais visível de um problema sério, que existe também noutros países comunitários e na Suíça e tem como pano de fundo a manipulação de sentimentos xenófobos e a cumplicidade com o nazismo, em flagrante contradição com os valores de tolerância e respeito pela dignidade humana que norteiam a construção europeia.

A presidência portuguesa da União Europeia fez bem, por isso, em sancionar a coligação governamental que integra o partido da extrema-direita FPÖ, de Joerg Heider, porque se trata, realmente, de um precedente grave na história da Europa do pós-guerra. A presidência portuguesa só podia fazer uma de duas coisas: ou fechava os olhos e corria o risco de ver minado o processo de construção europeia, designadamente o alargamento, ou alertava a Europa para o perigo e tomava uma posição de condenação. Esta legitimação da extrema-direita é perigosa para a Europa, porque gera ódios e divisões entre os europeus e, sobretudo, põe seres humanos contra outros que não tiveram a sorte de nascer num continente rico e próspero, que tem utilizado povos e recursos de outros continentes com

um egoísmo sem paralelo. E não obstante, alguns líderes populistas têm fomentado descaradamente, directa ou indirectamente, sentimentos xenófobos contra os imigrantes e a aversão aos valores centrais da construção europeia, como o humanismo, a cooperação e a solidariedade entre os povos, a democracia e a paz. É por estas razões que a UE deve pressionar a Áustria, porque só assim se pode tentar travar um fenómeno ameaçador que tem na simpatia ao nazismo e no ódio aos estrangeiros as suas bandeiras mais visíveis. E se esta indignação deve fazer eco em toda a Europa, ela deve ser ainda mais veemente em Portugal, pelo simples facto de termos, só na União Europeia, mais de um milhão de portugueses, muitos deles em países onde a extrema-direita se agiganta. Não se julgue que é o facto de sermos membros da UE que faz com que os nossos compatriotas deixem de ser olhados como estrangeiros e imigrantes. Há mesmo casos em que são vítimas da violência de grupos extremistas e neonazis, como ainda não há muito tempo aconteceu na Alemanha, onde essas forças ganharam terreno em alguns *Landes* e em que a repressão da emigração foi um dos principais temas das campanhas. Na Suíça, onde há cerca de 160 mil portugueses, as coisas ficaram mais difíceis para as comunidades estrangeiras depois do partido de extrema-direita UDC ter ganho as

últimas eleições legislativas.

A tutela do organismo responsável pela integração social dos estrangeiros foi transferida para as polícias, com tudo o que isso representa em termos securitários e repressivos. Por outro lado, por iniciativa dos extremistas da UDC, têm-se multiplicado os casos de *apartheid* escolar, em que os filhos dos imigrantes têm aulas separadas das crianças suíças. Por fim, a Suíça tem na forja um projecto de lei sobre a emigração, que prevê a realização de controlos genéticos, incluindo a cidadãos comunitários, para quem tenha dificuldade em comprovar a sua identificação, o que é extremamente humilhante para a condição humana e evoca o pior do nazismo e as teorias do eugenismo. E é por causa de todas estas alterações que a comunidade portuguesa não tem parado de manifestar a sua inquietação.

Em França, nas câmaras onde a Frente Nacional, de Le Pen, conseguiu o poder, os estrangeiros têm sido alvo de todo o tipo de pressões e houve até algumas associações culturais e sociais que foram fechadas. Um dirigente da FN chegou mesmo a referir-se directamente aos nossos compatriotas dizendo num comício que era contra a saída de dinheiro da França "para enriquecer portugueses, espanhóis e gregos".

Quando os apoiantes da extrema-direita

ganham confiança, porque se sentem mais fortes e resguardados, aproveitam logo para provocar agitação social e atacar os seus alvos preferidos, que são os estrangeiros, os judeus, os africanos ou asiáticos. Aconteceu, por exemplo, na Áustria, que viu aumentar em dez por cento as agressões anti-semitas após as eleições legislativas de 3 de Outubro, em que o partido de Joerg Heider se tornou a segunda força mais votada no país.

É por estes motivos que a Europa não deve assistir passivamente à progressiva legitimação de práticas políticas atentatórias da liberdade, do respeito pelos direitos humanos e da democracia. O progressivo aumento da influência dos partidos de extrema-direita na Áustria, Alemanha, Dinamarca, Bélgica, França e Suíça está aí para nos inquietar a todos. Este fenómeno merece reflexão, mas acima de tudo a Europa deve lutar já determinadamente contra os egoísmos nacionalistas e a amnésia histórica, contra a tentação dos ricos desprezarem os pobres, contra o racismo e a xenofobia. Nós, que temos mais de quatro milhões de emigrantes espalhados pelo mundo, não nos podemos deixar adormecer perante este fenómeno hediondo que, com pezinhos de lá, já ocupa uma boa parte das discussões políticas da actualidade.

*Deputado do PS eleito pelo círculo da Europa
In «Diário de Notícias»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Arte reciclada em Albufeira

O Mercado Municipal de Areias de São João será palco, no dia 11, a partir das 11 e 30, de um espectáculo a cargo das acodeonistas Helena Fava e Dina Cipriano.

Um dia depois, no Mercado Municipal de Calieços, assista à apresentação, pelas 10 e 30, do Rancho Folclórico da Freguesia de Olhos d'Água.

Até ao dia 28 estará em exibição as pinturas de Augusto Grácio. A mostra poderá ser visitada na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, todos os dias, exceptuando domingos e feriados, das 10 e 30 às 17 horas.

A autarquia de Albufeira deliberou apoiar a exposição «A Arte e o Ambiente – Picasso em Reciclagem», que tem por objectivo ligar a arte à preservação do ambiente.

O certame é aberto às escolas do 1º ciclo, às Escolas Básicas 2,3 e Secundárias do concelho.

As inscrições deverão ser efectuadas até 5 de Maio, através da ficha de inscrição dirigida ao pelouro de Cultura da Câmara. As obras serão realizadas com materiais recicláveis.

Teatro em Amarante

Numa organização da autarquia local, realiza-se, no sábado, dia 11, pelas 21 e 30, no Auditório da Cozinha dos Frades, um concerto a cargo da Orquestra do Norte, que terá como solista, ao piano, Paulo Assis.

No programa deste espectáculo musical incluem-se obras de Beethoven e Mozart. Nos dias 15 e 16, a Filandorra-Teatro do Nordeste traz à cidade o «Auto da Índia», de Gil Vicente, peça que será levada à cena para as escolas secundárias do concelho e para o público em geral, no Cinema Teixeira de Pascoaes.

Na quarta-feira, realizar-se-ão duas apresentações – às 10 e 30 e 14 e 30 –, destinadas aos alunos da Escola Secundária de Amarante.

Experiência Estética em Coimbra

As pinturas de António Osório de Castro estão em exibição, a partir de sábado e até ao dia 9 de Abril, nas Galerias do Átrio e do Jardim da Casa Municipal da Cultura. Na terça-feira, não perca o lançamento da obra «A Experiência Estética como Estética do Mundo», de António Pedro Pita. A apresentação deste livro decorrerá, a partir das 18 horas, na Casa da Cultura, por Manuel Gusmão e João Maria André. Ainda no dia 14, assista à ante-estreia da peça «CRAP, Fábrica de Munições», no Teatro-Estúdio Bonifrates.

A estreia do mesmo espectáculo teatral, da autoria de Jerónimo López Mozo, com encenação de João Maria André, acontecerá um dia depois, na quarta-feira, às 21 e 45.

Livro em Fafe

A exposição de pintura, cerâmica e linho de Ana Barbosa e Jorge Nascimento poderá ser apreciada, a partir de hoje e até ao dia 25, na Galeria Municipal.

Também hoje, às 21 e 30, na Livraria Agá, assista ao lançamento da obra poética «Luas Maquiavélicas», de Egídia Souto. Amanhã, inseridos no espaço cultural «Música em Diálogo», assista à reedição dos concertos quinzenais comentados pelo maestro José Atalaya, desta vez, acompanhado de Luís Magalhães ao piano. Este encontro está marcado para as 21 e 45, no Estúdio Fénix.

No mesmo local será exibido, este fim-de-semana, em duas sessões diárias (15 e 30 e 21 e 30), o filme «Ana e o Rei». Quarta-feira, dia 15, vá ver «As Bodas de Deus», um filme de João César Monteiro, em exibição, a partir das 21 e 45, no Auditório Municipal.

Futebol feminino em Faro

A Câmara Municipal promove a realização do «Mundialito» de Futebol Feminino que, mais uma vez, se realiza no Algarve, decorrendo uma das jornadas do estádio de São Luís.

Na terça-feira, dia 14, às 14 horas, os Estados Unidos jogarão contra a Dinamarca, seguindo-se, pelas 16 e 30, a disputa Portugal-Suécia.

Fantoches em Guimarães

O Museu Alberto Sampaio acolhe, até quarta-feira, dia 15, a exposição «É Carnaval... Ninguém Leva a Mal».

A partir de amanhã e até à quinta-feira, dia 16, o Cinema São Mamede exhibe o filme de Tim Burton, «A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça».

Também amanhã, dia 10, pelas 22 horas, o Auditório da Universidade do Minho será o local escolhido para a apresentação do espectáculo «Delete», do Baleteatro Companhia. Este evento insere-se no programa do Festival de Inverno.

O teatro de fantoches promete animar a Biblioteca Municipal Raúl Brandão, esta quarta-feira, a partir das 10 e 30, com a peça «Histórias para representar: cada qual no seu lugar», de Adriana Cruz Guimarães.

Música em Lisboa

A Orquestra Sinfónica de Toronto, sob a direcção do maestro Jukka-Pekka Saraste, recriará, amanhã, pelas 21 horas, no Coliseu dos Recreios, as obras de Bela Bartok, Peter Lieberson e Sergei Rachmaninov, num espectáculo a realizar-se no âmbito do Ciclo de Grandes Orquestras Mundiais da Fundação Calouste Gulbenkian.

A ópera, que chegou à capital com a estreia no São Carlos de «Madame Butterfly», prossegue até domingo, dia 13, no mesmo local e horário.

Na área da dança, a Companhia Nacional de Bailado interpreta a partir de quarta-feira e até Abril, «Agon» e «Apollo», com coreografias de George Balanchine, e música de Stravinski e «In The Middle Somewhat Elevated», de William Forsythe, no Teatro Luís de Camões.

O Centro Cultural de Belém, mais especificamente a Galeria das Naus, acolhe, até ao dia 30 de Abril, uma mostra fotográfica de Jorge Guerra, onde são revisitadas as suas obras mais marcantes ao longo de quatro décadas de carreira. A exposição intitula-se «Jorge Guerra – 40 Anos de Fotografia».

Cantata no Porto

«Si Bemo!» é o título da cantata que Giovanna Marini interpretará, hoje, pelas 21 e 30, no Rivoli-Teatro Municipal.

Se passar pela Capela Carlos Alberto do Palácio de Cristal, não perca a oportunidade de assistir à representação, pelo grupo Metamorfemfase, da peça de Howard Barker, «Judith – Uma Separação do Corpo», em cena de terça-feira a domingo, às 231 e 45.

Exposições em Sintra

«Pregões da Cidade de Lisboa» e «Brincadeiras e Jogos do Meu Tempo» são os títulos das duas exposições, de Jorge Rua Carvalho, que estarão patentes na Biblioteca Municipal de Agualva-Cacém até ao dia 24.

Mais dois dias esperarão pela sua visita, na Galeria de Fiteiras, as mostras de pintura de Teresa Ribeiro – «Espírito e Matéria» –, e Teresa D'Orey Capucho.

SUGESTÃO

PORCHERIE

Os amantes do teatro francês terão oportunidade de se deliciar hoje, amanhã e no sábado, dia 11, com a apresentação, sempre às 21 e 30, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém, da peça «Porcherie».

O espectáculo «Porcherie» – título que em português pode ser traduzido como «pocilga» – tem a assinatura de Pier Paolo Pasolini, com encenação de Stanislas Nordey e interpretação da Companhia Théâtre Gerad Philippe de Saint-Denis.

Falada em francês e legendada em português, a peça «Porcherie» desenvolve uma parte do filme (Porcile, 1969) que lhe serve de título, contando a história do filho de um magnata alemão que prefere viver entre os porcos do que investir o seu tempo na empresa familiar, ou assumir os «revolucionários compromissos» do seu noivado. «Porcherie» é, na verdade, uma sátira onde o autor de «Mamma Roma» faz explodir o seu desprezo pela burguesia, que segundo ele próprio, «não é uma classe social, mas sim uma doença».

Na peça, o personagem central – Julian –, faz poesia com a sua vida, sendo por isso devorado pela sociedade que, aburguesada em demasia, não consegue integrá-lo na lógica da razão prática.

«Porcherie» - ou «Pocilga», à portuguesa – é um convite à reflexão e um notável momento de representação, a não perder.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

*Dos cais do silêncio partem brancas barcas
Para remotas estrelas dentro de mim
E eu canto o fulgor de um canto inicial
Disperso pela noite infinita com minhas lágrimas
Coroadas com a música de olvido.*

Fernando Botto Semedo
In «Poemas do Silêncio»

Festival SUPER BOCK SUPER ROCK

Guano Apes

Day One +
Caffeine

13 de Março – 22h00
Coliseu do Porto

14 de Março – 21h00
Aula Magna de Lisboa



DE BRUXELAS...

Portugal preside, neste momento, ao Conselho Europeu e está por via disso envolvido num dinâmico e complexo processo de grande importância para nós.

É ainda cedo para fazer o balanço da Presidência Portuguesa, mas é já possível fazer uma fundamentada previsão do seu grande sucesso.

Teve a Presidência Portuguesa da União Europeia, logo à partida, duas enormes provas: - a primeira assente nas dificuldades inesperadas surgidas a propósito da realização da Cimeira Europa-África;

- a segunda correlacionada com a ascensão ao poder, num país membro da União (a Áustria), de um partido de extrema direita com um programa político xenófobo e anti-europeu. perante estes obstáculos surgiu como habitualmente a cultura de «cassandra» do principal partido da oposição, anunciando (ou terá sido desejando?) o insucesso da prestação portuguesa. Já foi, entretanto, divulgado pelo Conselho Europeu que a Cimeira Euro-África se realizará em Abril no Cairo, sobre Presidência Portuguesa, portanto, será seguramente um sucesso, mas sobretudo será a prova da eficácia, da competência, da responsabilidade, do respeito que merece e da importância que tem a Presidência Portuguesa. Melhor teria sido que o PSD tivesse estado calado.

É também hoje adquirido que a posição tomada pelo Primeiro-Ministro de Portugal, enquanto Presidente da União Europeia, sobre a questão austríaca, foi a correcta e a mais adequada. Nesse sentido se tem pronunciado a opinião pública europeia e, naturalmente, a opinião pública portuguesa, e se têm desenrolado os acontecimentos posteriores no seio da vida política e partidária da Áustria.

O problema político austríaco não é um problema exclusivo daquele Estado-membro e,

sobretudo, um problema europeu porque é, ou pode ser uma situação que conflitue com os valores fundadores da Europa que são a liberdade, o respeito por todos, a paz e a democracia.

Tê-lo compreendido e afirmado em tempo útil foi uma atitude sóbria, corajosa e pertinente do Primeiro Ministro português.

Criticá-lo e mais do que isso considerar que o Governo a que preside é o pior da Europa (incluindo o austríaco) é uma acto falhado, inconsequente e irresponsável.

Está a decorrer no momento o debate sobre a proposta orçamental do Governo; não vou acrescentar muito mais ao que elaborei sobre o assunto no momento oportuno.

Continuo a pensar, como o Senhor Primeiro-Ministro aliás, que não têm razão os que pensam «que toda a despesa (pública) é um pecado e todo o défice um crime».

É certo que a despesa vai crescer, seguramente mais do que muitos desejariam mas certamente muito menos do que ocorreria (nas condições actuais) se por exemplo o PSD fosse governo. Mas o que é indesmentível é que a despesa pública (que cresce) se oriente exclusivamente para o investimento e para o social.

E efectivamente orienta-se nestas direcções por exclusiva opção do PS, sem ceder a quaisquer pressões ou ameaças de instabilidade.

É assim, porque assim é bom para o País! Só que a política orçamental não pode ser isolada dos grandes objectivos propostos em matéria de desenvolvimento económico e social.

Tem sido afirmado que o grande desafio nacional, definido pelo Governo, é a caminhada para a convergência estrutural com os países mais desenvolvidos da União Europeia. Falo em convergência estrutural, pois a convergência nominal foi atingida quando fomos qualificados para integrar o pelotão da frente da moeda única e a convergência real

têm-se acentuado nos últimos anos e, sempre dependerá quanto à sua sustentabilidade e ritmo e do êxito da convergência estrutural.

É por isso que Portugal, e o Governo português em especial, está empenhadíssimo no sucesso da Cimeira Extraordinária sobre Emprego e Desenvolvimento e colocou-se ao assumi-la perante desafios exigentes e difíceis.

Neste contexto é essencial a boa utilização do III Quadro Comunitário de Apoio que, recordemos, será sempre a última e derradeira oportunidade, com volume significativo de fundos, ao dispor de Portugal.

É para esta tarefa também que a oposição deve ser convocada e tem o dever de contribuir.

O que está em jogo é muito mais do que a vaidade pessoal de um ou outro líder de passagem.

O que está em causa é o Futuro de Portugal e dos Portugueses.

A entrada na União Europeia galvanizou e transformou o País muito para além do que por vezes nos damos conta.

A inflação é quase idêntica à média europeia; o défice orçamental não chega aos 2 por cento do PIB; o aumento do rendimento disponível das famílias cresce (e significativamente) todos os anos; a taxa de desemprego pouco ultrapassa os 4 por cento.

Não vivemos no caos económico e social que o discurso incompreensível do novo/velho líder do PSD identificou (na sessão final do Congresso de Viseu).

Esperamos e desejamos que a harmonização no seio do principal partido da oposição, contribua agora, como não sucedeu no passado, para a definição de políticas alternativas mais credíveis, mais previsíveis, mas sobretudo mais responsáveis para com o País.

O Governo prosseguirá o seu caminho honrando os compromissos assumidos com os portugueses e o crédito de confiança que lhe foi concedido pelo eleitorado ainda recentemente.

«Não me causou surpresa ser o melhor para o Porto»

Narciso Miranda
Expresso, 4 de Março

«No PSD, Santana Lopes acha que é d' Artagnan e que Durão Barroso é uma inerência com os dias contados»

Alfredo Barroso
Expresso, 4 de Março

«Há uma suspeita permanente em relação ao imobiliário. Um misto de pato-bravim e especulação comercial deu às nossas cidades o aspecto que têm»

António Mega Ferreira
Público, 6 de Março

«Um PCP responsável, convictamente reconvertido aos valores mais significativos da democracia política – que se torne um parceiro credível aos olhos da maioria dos portugueses – faz falta ao país. Faz falta, a diversos títulos, ao próprio Partido Socialista»

Edmundo Pedro
Expresso, 4 de Março

«Sem alternativa credível, o Governo pode tender para a auto-satisfação ou para a acomodação»

Edite Estrela
Expresso, 4 de Março

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.